

ANAIS DO XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A informação na sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano



ISBN 978-85-62454-03-5

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ)

> Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)

> > Rio de Janeiro, 28 a 31 de outubro de 2012

Área restrita de FERNANDO DE ASSIS RODRIGUES

Boas Vindas

Meus Dados

Pagamento

Meus Trabalhos

Desconectar

Página Inicial

Comissões

Convidados

Programação

Inscrições

Trabalhos Científicos

Anais Digitais

Grupos Temáticos

Perguntas Frequentes

Notícias

Local do Evento

Hospedagem

Fale Conosco

Secretaria do Evento:

MÉTODO)

Método Eventos

Av. N. Sra. de Copacabana 690 sala 1202 Copacabana Rio de Janeiro - RJ Tel: 21 2548-5141 Fax: 21 2545-7863 cadastur-19.009765.80.0001-4 <Faça contato aqui>

Indique este Site

Coloque aqui seu e-mail:

Aqui o e-mail de seu amigo

enviar

Anais Digitais

ISBN - 978-85-62454-02-8

- Oral
 - GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
 - GT 2: Organização e Representação do Conhecimento
 - GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação
 - GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações
 - GT 5: Política e Economia da Informação
 - GT 6: Informação, Educação e Trabalho
 - GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I
 - GT 8: Informação e Tecnologia
 - GT 9: Museu, Patrimônio e Informação
 - GT 10: Informação e Memória
 - GT 11: Informação e Saúde
- Poster Digital
 - GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
 - GT 2: Organização e Representação do Conhecimento
 - GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação
 - GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações
 - GT 5: Política e Economia da Informação
 - GT 6: Informação, Educação e Trabalho
 - GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I
 - GT 8: Informação e Tecnologia
 - GT 9: Museu, Patrimônio e Informação
 - GT 10: Informação e Memória
 - GT 11: Informação e Saúde

Oral

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

• A CIRANDA ARQUIVÍSTICA SOB A CANTIGA INFORMACIONAL

Autor(es): MARQUES, Angelica Alves da Cunha;

• A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA PARA UMA CONCEPÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DE INFORMAÇÃO

Autor(es): CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz; GOMES, Henriette Ferreira;

• A "VERDADE" NO CONTEXTO DA INFORMAÇÃO: A QUESTÃO DA VALIDADE, SUAS PERSPECTIVAS E LIMITES NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DA ARQUIVOLOGIA E DA HISTÓRIA

Autor(es): ELIAS, Aluf Alba;

AS, AIUI AIDA;

· CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO NO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS - LTI Autor(es): FREIRE, I.M.; • CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM ESTUDO QUALIQUANTITATIVO COM FOCO NO ENANCIB Autor(es): Higino, A.F.F.; DUMONT, L.M.M.; • CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DO OBJETIVO AO OBJETO Autor(es): Ortega, C. D.; • CIÊNCIA E HISTÓRIA NA ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Autor(es): MURGUIA, EDUARDO ISMAEL; • CONFIGURAÇÕES DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PLURALISMO EPISTEMOLÓGICO E DESCENTRAÇÃO INTERDISCIPLINAR Autor(es): SOUZA, E. D.: • DA POSSIBILIDADE DE UMA TEORIA PURA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Autor(es): MATOS, A.S.M.C.; MATTOS, Max Cirino de; • DOCUMENTOS "SENSÍVEIS", ARQUIVOS SENSÍVEIS: NEM TESOUROS, NEM MIRAGENS Autor(es): THIESEN, Icléia; • INFORMAÇÃO COMO UNIDADE ENUNCIATIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Autor(es): SILVA, S.D; LOUREIRO, J.M.; • NOTAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL Autor(es): Santos, P. R. E dos; O DOCUMENTO E OS SISTEMAS DE PENSAMENTO: ENUNCIAÇÕES DE VERDADE E VALIDAÇÕES DISCIPI INARES Autor(es): PRET, Raquel Luise; MURGUIA, Eduardo; • O OBJETO DE ESTUDO DA BIBLIOTECOLOGIA/DOCUMENTAÇÃO/CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONSTRUÍDO, COMPLEXO, POLIVALENTE E TRANSDISCIPLINAR Autor(es): Rendón Rojas, M. A.; O USO SOCIAL DA INFORMAÇÃO COMO VETOR DE FORTALECIMENTO DO MUNDO SOCIAL DA VIDA Autor(es): Pinto, L.P.; Fidelis, Marli B.; • O "FABULOSO" ANTÍLOPE DE SUZANNE BRIET: A ANÁLISE E A CRÍTICA DA ANÁLISE NEODOCUMENTALISTA Autor(es): SALDANHA, G.S.: OS ESTUDOS DA INFORMAÇÃO-DOCUMENTÁRIA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO DAS DISCIPLINAS INFORMATIVO-DOCUMENTÁRIAS Autor(es): Mancipe, E.; • PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA SOB A ÉGIDE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Autor(es): Costa, A.S.; QUESTÕES EM REDE: TRAJETOS TEMÁTICO-DISCURSIVOS DO CAMPO INFORMACIONAL BRASILEIRO E INTERNACIONAL - 1968-2009 Autor(es): FREITAS, L.F.de; LIMA, M.H.T.de F.; ROSA, B.J.; SALEK, L.M.C.B.; QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O ASPECTO ONTOLÓGICO-FENOMENOLÓGICO DA INFORMAÇÃO: A INTENCIONALIDADE E A REPRESENTAÇÃO Autor(es): Ashtoffen, R.; Mucheroni, M.L.; · RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A BIBLIOTECONOMIA: ANÁLISE DAS PESQUISAS PRODUZIDAS PELOS GTS 1, 2 NOS ANAIS DO ENANCIB Autor(es): Santos, A.P.L.; Rodrigues, M.E.F.; • REPRESENTAÇÃO VERSUS SENSAÇÃO: UM DILEMA PARA O CIENTISTA DA INFORMAÇÃO Autor(es): Mostafa, S. P.; Nova Cruz, D. V.; • TRANSVERSALIDAD DE LOS PROCESOS DE MEDIACIÓN DEL CONOCIMIENTO EN ALGUNAS PROPUESTAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS DE LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Autor(es): Pirela Morillo, J.; Delgado, F; • UMA ANÁLISE DO ESTATUTO PRINCÍPIO-EPISTEMOLÓGICO DO DIREITO À INFORMAÇÃO ENUNCIADO NA LEI

Autor(es): LIMA. Marcia H. T. de Figueredo: CORDEIRO. H. C. D.: GOMES. C. A. de S.: OLIVEIRA. C. E. S. de:

DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12527/2011)

• UMA LEITURA PRAGMÁTICA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Gonzalez, M.;

• "BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA": A CIRCULACAO DE INFORMACAO ENTRE EXILADOS BRASILEIROS

Autor(es): BARCELOS, Thatiana.; THIESEN, Icleia.;

GT 2: Organização e Representação do Conhecimento

• A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Autor(es): albuquerque; ana cristina de; Madio; Telma Campanha;

• A IMPORTÂNCIA DOS METADADOS EM BIBLIOTECAS DIGITAIS: DA ORGANIZAÇÃO À RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Felipe, E.R.; Lima, G.A.O.;

 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SUAS TEORIAS DE REPRESENTAÇÃO: A ONTOLOGIA DE FUNDAMENTAÇÃO COMO UM MODELO TEÓRICO PARA A REPRESENTAÇÃO DE DOMÍNIOS

Autor(es): CAMPOS, M.L.A.; CAMPOS, L.M.;

• A ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS: ATRIBUIÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE NA BIBLIOTECONOMIA

Autor(es): Dias, G. D.; Cervantes, B.M.N.;

• ANÁLISE, REPRESENTAÇÃO E ACESSO A FILMES EM AMBIENTES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO

Autor(es): Cordeiro, Rosa Inês de Novais; La Barre, Kathryn;

• AS VÁRIAS NATUREZAS DOS COMPROMISSOS EM ONTOLOGIAS APLICADAS

Autor(es): Coelho, Eduardo M. P.; Bax, Marcello P.; Meira Jr., Wagner;

 CLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E SUA APLICAÇÃO NO MUSEU VIRTUAL DELGADO DE CARVALHO

Autor(es): Ballesté, Adriana Olinto;

• CLASSIFICAÇÃO E RELEVÂNCIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO: PARALELOS ENTRE AGÊNCIAS DE NOTÍCIA TRANSNACIONAIS E USUÁRIOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Autor(es): Fernandez Junior, F.E.; Souza, R.F.;

• DADOS ABERTOS INTERLIGADOS E O ESPAÇO DO PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: UMA APLICAÇÃO NO DOMÍNIO DA ENFERMAGEM

Autor(es): CAMPOS, L.M.; CAMPOS, M.L.A.; LIMA, D.M.V.; CARVALHO, M.G.P.;

• DE TERMOS ISOLADOS A CONTEXTUALIZADOS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DOS DISCURSOS DE CANDIDATURA DE DILMA E SERRA

Autor(es): Venâncio, Ludmila Salomão; Moura, Maria Aparecida;

• DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO NA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Autor(es): TOGNOLI, N.B.;

• EM BUSCA DOS OBJETIVOS BIBLIOGRÁFICOS

Autor(es): MORENO, F.P.;

• IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO REQUISITO METODOLÓGICO DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PGD-RJ): REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DOS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS.

Autor(es): RODRIGUES, Ana Célia;

• IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO METODOLOGIA PARA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Autor(es): Viana, Claudio Muniz; Rodrigues, Ana Célia;

• INTEROPERABILIDADE SEMÂNTICA ENTRE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Autor(es): Andrade, M. C.; Cervantes, B. M. N.;

• MANIFESTAÇÕES DE OBRAS MUSICAIS: O USO DO TÍTULO UNIFORME

Autor(es): Pacheco, K. L.; Alvarenga, Lídia;

• MECANISMOS DE CONTROLE DE VOCABULÁRIO EM BIBLIOTECAS DIGITAIS

Autor(es): BRAZ, M. I.; CORREA, R. F.;

• MODELO TRIÁDICO DE RELAÇÕES: UM PROTÓTIPO DE MODELAGEM CONCEITUAL PARA A ÁREA NUCLEAR

Autor(es): Sales, L.F.; Sayão, L.F.;

• MODELOS E TEORIAS PARA REPRESENTAÇÃO: UMA TEORIA ONTOLÓGICA SOBRE O SANGUE HUMANO

Autor(es): Mendonca, F.M.; Almeida, M.B.;

• O DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA À LUZ DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Rodrigues, A.L.C.; Souza, R.F.;

• ORDO LIBRORUM: A ORDEM DOS LIVROS NA LIVRARIA DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO (SÉCS. XVI-XVIII)

Autor(es): Araújo, A. de.;

• OS DESAFIOS DA CATALOGAÇÃO COMPARTILHADA: UM ESTUDO DO OPAC ARGONAUTA-UFF

Autor(es): Souza, Elisabete Gonçalves de;

• PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL DE TEXTOS NARRATIVOS DE FICÇÃO

Autor(es): MORAES, J. B. E; Sabbag, D.;

• PROTOTIPAGEM DE BANCO DE DADOS: O USO DA TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA NA MODELAGEM DE DADOS

Autor(es): Da Silva, M. B.; Neves, D. A. B.;

• RELAÇÕES DE SIGNIFICAÇÃO EM ONTOLOGIAS

Autor(es): FERNANDES, J.C.; KOBASHI, N.Y.;

• SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA "LINGUAGEM NATURAL" E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DOMÍNIO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Autor(es): Arboit, A. E.;

• UNIVERSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EM CLASSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO

Autor(es): Souza, R. F. de;

VAGUIDADE E A IMPORTÂNCIA DE SUA CONSIDERAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE ONTOLOGIAS APLICADAS

Autor(es): Coelho, Eduardo M. P.; Bax, Marcello P.; Meira Jr., Wagner;

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

• A CULTURA DO ALMANAQUE EM SERGIPE: ESTUDOS A PARTIR DE ACERVO DE OBRAS RARAS DO ACERVO "DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA" EM RESTAURO E DIGITALIZAÇÃO

Autor(es): BARI, Valéria Aparecida; SANTANA, Glêyse Santos;

• APRENDIZAGEM E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO MEDIADAS EM AMBIENTES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ONLINE NA ÁREA DA SAÚDE

Autor(es): Cavalcante, L. E.;

• AS LENDAS CAPIXABAS NO AMBIENTE VIRTUAL E A PRODUÇÃO DE COMPETÊNCIA LEITORA NA ESCOLA E NO MUNDO

Autor(es): GERLIN, Meri N. M.; ROSEMBERG, Dulcinea S.;

• BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A MEDIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO: TENDÊNCIAS ATUAIS

Autor(es): Novelli, V. A. M.; Hoffmann, W. A. M.; Gracioso, L. de S.;

• COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E CIDADANIA NO CONTEXTO BRASILEIRO: O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE MEDIADOR

Autor(es): MORIGI, V.J.; PEREIRA, P.M.S.; SILVA, G.R.; SEHN, A.P.; BARBOSA, F.; WESSFLL, C.S.;

• COMPLETUDE DAS BUSCAS DE PÓS-GRADUANDOS EM EDUCAÇÃO

Autor(es): CASARIN, H. C. S.;

• COMPORTAMENTO INFORMACIONAL EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS: ABORDAGEM DE ESTUDO DO CONTEXTO SOCIAL

Autor(es): PRESSER, N. H.; SOUZA, E. D.;

• COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UM FOCO NO USO DA INFORMAÇÃO

Autor(es): França, F.S.; Barros, M.A.; Ferreira, L. C.;

• DOCUMENTAÇÃO DE FÉ: REFLEXÕES SOBRE EX-VOTOS E A SALA DAS PROMESSAS DO SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA Autor(es): Souza, B.G; MURGUIA, E.I.;

• EFEITOS DA INCLUSÃO DIGITAL NO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE IDOSOS: UM ESTUDO DE USUÁRIOS SOB A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

Autor(es): GANDRA, Tatiane Krempser; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo;

• INFORMAÇÃO E INCLUSÃO ACADÊMICA: UM ESTUDO SOBRE AS NECESSIDADES SOCIOINFORMACIONAIS DOS UNIVERSITÁRIOS CEGOS DO CAMPUS I DA UFPB

Autor(es): Silva, Aparecida M.; Alves, Edvaldo Carvalho;

• INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS MÓVEIS: DISCURSOS E PRÁTICAS EM MOVIMENTO

Autor(es): Mantovani, Camila; Moura, MA;

• INFORMAÇÃO, APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTO E REDES SOCIAIS DE CUIDADO EM SAÚDE: A

INTERVENÇÃO HOMEOPÁTICA NO MORRO DOS CABRITOS - RJ

Autor(es): CAMPOS, G. Z. R.; MARTELETO, R. M.;

• INFORMATION LITERACY – UMA ABORDAGEM TERMINOLÓGICA

Autor(es): Siqueira, I. C. P.; Siqueira, J. C.;

• INTERAÇÃO DE JOVENS EM REDES SOCIAIS ON-LINE: APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LITERACIA SÓCIO-EMOCIONAL

Autor(es): Silva, S. A. A.; Cardoso, A. M. P.;

• MEDIAÇÃO COMO CONCEITO POTENCIALIZADOR DO DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS CAMPOS DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Autor(es): Araújo, C. A. Á.;

• MEDIAÇÃO COMO PROCESSO SEMIÓTICO: EM BUSCA DE BASES CONCEITUAIS

Autor(es): Almeida, C. C.;

• MEDIAÇÕES LITERÁRIAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: REPRESENTAÇÕES E NARRATIVAS DE GÊNERO

Autor(es): Crippa, G.;

• O DIGITAL E O SOCIAL NO COMPARTILHAMENTO DE FOTOGRAFIAS NA WEB

Autor(es): Gracioso, L. S.; Silveira, L. R.;

• O QUE INFORMAM AS CARTAS DE LEITORES E LEITORAS ENVIADAS A JORNAIS IMPRESSOS: O CASO DO ESTADO DE MINAS

Autor(es): Espírito Santo, Patrícia; Dumont, Lígia;

• O USO DE TÉCNICAS DE PESQUISA PARTICIPATÓRIA NA COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LETRAMENTO INFORMACIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS RESULTADOS DAS INTERVENÇÕES PILOTO E PRINCIPAL

Autor(es): Tavares, Rosemeire B.; Costa, Sely M. S.;

• OS NATIVOS DIGITAIS E SEU COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA ON-LINE

Autor(es): LEHMKUHL, K. M.; Chagas, M. T.;

• PESQUISADORES DE DIFERENTES CAMPOS DE CONHECIMENTOS : COMPORTAMENTOS INFORMACIONAIS DIFFRENCIADOS?

Autor(es): Bartalo, Linete;

• PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E FLUXOS DE INFORMAÇÃO EM REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

Autor(es): Marteleto, R. M.; Tomaél, M. I.; Silva, M.V.;

GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações

• A EFICÁCIA DO USO DA INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: ESTUDO DE CASO SOBRE O IMPACTO INFORMACIONAL

Autor(es): PRESSER, N.H.; SANTOS, R.N.M.; TRAJANO, B.M.;

• A INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES

Autor(es): FRANÇA, André Luiz Dias de; ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega; SILVA, M. A. T.; DIAS, Guilherme Ataíde;

• A INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS DE RISCO OPERACIONAL EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Autor(es): PAIVA, Carlos Cesar S.; SILVA, Marco Antonio G.S.;

A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DA UEL

Autor(es): MINUZZI-NASCIMENTO L. M.; TOMAÉL, M. I.;

A OĞER INTEGRADA O DE OCCUPAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONTRATA DA OCCUPAÇÃO DA OC

 AÇÕES INTEGRADAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO SETOR CONTÁBIL DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Autor(es): Lira, S.L.; Duarte, E.N.;

• AMBIENTES E FLUXOS DE INFORMAÇÃO EM CONTEXTOS EMPRESARIAIS: O CASO DO SETOR CÁRNICO DE SALAMANCA/ESPANHA

Autor(es): VALENTIM, M. L. P.;

• ANÁLISE DE REDES SOCIAIS DE INFORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES: UMA EDITORA DO TERCEIRO SETOR

Autor(es): Mucheroni, M.L.; FERREIRA, G. C.;

• ANÁLISE DO USO DE TECNOLOGIAS DE BUSINESS INTELLIGENCE COMO FACILITADORAS À GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Autor(es): Ciupak, L. F.; Boscarioli, C.; Catarino, M. E.;

• AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA BIBLIOTECA ACADÊMICA: A METODOLOGIA LIBQUAL+® E SUAS PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO NO BRASIL

Autor(es): Brito, G. F.; Vergueiro, W. C. S.;

• COOPERAÇÃO, COMPARTILHAMENTO E COLABORAÇÃO: CASO DA REDE DE BIBLIOTECAS E CENTROS DE INFORMAÇÃO EM ARTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – REDARTE/RJ

Autor(es): OLIVEIRA, C. B.; CIANCONI, R.B.;

• ELEMENTOS DA CULTURA INFORMACIONAL (DES)FAVORÁVEIS À IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB

Autor(es): Silva, J.M.O.; Duarte, E.N.;

• ESTUDO DE USUÁRIO E MARKETING DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Amaral, S A;

• GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMPORTAMENTOS E VALORES RELATIVOS À INFORMAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DE BELO HORIZONTE

Autor(es): Macedo, S. M. S.; Barbosa, R. B.;

• GESTÃO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): BETTENCOURT, M. P.L.; CIANCONI, R.B.C;

• INFORMAÇÃO E AÇÕES PARA COOPERAÇÃO EM REDE

Autor(es): Sugahara, C. R.;

• INFORMAÇÃO ORGÂNICA COMO INSUMO ESTRATÉGICO PARA A TOMADA DE DECISÃO EM AMBIENTES COMPETITIVOS: ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA SITUADAS NA CIDADE DE MARÍLIA/SP

Autor(es): Lousada, M.; Valentim, M.L.P.;

• MODELOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Autor(es): Mota, D.; Targino, M. das G.;

• MODELOS DE GESTÃO MOTIVACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Autor(es): Caldas, R. F.; VIEIRA, J. L. L.;

• O IMPACTO DA (IN) SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO INERENTE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

Autor(es): CRUZ.F.L.; FERNANDES,J.H.C.;

PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA A INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE BUSCA INFORMACIONAL E
DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS LÍDERES NAS ORGANIZAÇÕES: INTRODUZINDO UMA
ABORDAGEM CLÍNICA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Paula, C.P.A.;

• UMA ABORDAGEM INFORMACIONAL DO MUNDO: REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DE UMA GIC AMPLA

Autor(es): GOULART, Íris Barbosa; MATTOS, Max Cirino de.;

GT 5: Política e Economia da Informação

• A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: DIMENSÕES POLÍTICO-INFORMACIONAIS

Autor(es): Jardim, José Maria;

• ARTE, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA CULTURA HIP HOP

Autor(es): Silva, Rociclei; Albagli, Sarita;

• AS RELAÇÕES ENTRE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROGRAMA NOTA FISCAL PAULISTA

Autor(es): Batista, C.L.;

• BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O FUTURO: AS BIBLIOTECAS ESTADUAIS BRASILEIRAS NA ERA DA INTERNET

Autor(es): Medeiros, Ana Liiga Silva; Olinto, Gilda;

• COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS: UM CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO

Autor(es): Borges, Jussara; Bezerra, Lucas; Diomondes, Simone; Coutinho, Leandro;

• DESAFIO DAS REDES NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: A REABILITAÇÃO DA PRAIA DE SEPETIBA

Autor(es): Nascimento Vélez, M.V.; Issberner, L.R.;

• DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS MANDATÓRIAS PARA CONSOLIDAÇÃO DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Autor(es): Nunes, Renato Reis; MARCONDES, Carlos Henrique; WEITZEL, Simone da Rocha;

• ESTADO INFORMACIONAL: UMA INTRODUÇÃO ÀS ABORDAGENS DE PIERRE BOURDIEU E SANDRA BRAMAN

Autor(es): Barradas, J.S.;

• GESTÃO DA QUALIDADE E INFORMAÇÃO NO PÓS-FORDISMO

Autor(es): Jorge, V. A; Albagli, S.;

• INFORMAÇÃO E EXCLUSÃO: O PANORAMA DA (IN)ACESSIBILIDADE DOS PORTAIS LEGISLATIVOS ESTADUAIS

Autor(es): ALVES, A. V; SIRIHAL DUARTE, A. B; NEGREIROS, L. R.;

• INFORMAÇÃO E POLÍTICA DE DEFESA: O DEBATE DA DEFESA NO BRASIL APÓS 1988

Autor(es): CERON, A.B.; LIMA, C.R.M.;

• INFORMAÇÃO, POLÍTICA E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA: CONDIÇÕES PARA A CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARLAMENTARES NA INTERNET

Autor(es): Santos, J.C.S; Silva, R.R.G;

• INTEROPERABILIDADE ENTRE OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Autor(es): Andrade, M. C.; Oliveira, E.S.;

• LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES

Autor(es): Sá, Maria Irene da Fonseca e; Malin, Ana;

• NARRATIVAS DOS IMIGRANTES E O ESTATUTO DE REFUGIADOS: NOVAS DINÂMICAS DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Autor(es): Corsini, L.; Guimarães, L.S.;

• NOVAS MERCADORIAS E VELHAS CONTRADIÇÕES EM UMA ECONOMIA INTENSIVA EM CONHECIMENTO

Autor(es): MARQUES, R. M.; KERR PINHEIRO, M. M.;

• O ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA E A LICENÇA CREATIVE COMMONS SEGUNDO AUTORES E EDITORES NO BRASIL: UM ARGUMENTO E UMA POSIÇÃO

Autor(es): Oliveira, F.V.; Gomes, S.L.R.;

• OS AMBIENTES WIKI: INTERAÇÃO, DISCURSO E GENEROSIDADE NAS REDES SOCIAIS

Autor(es): LIMA, C.R.M.; GONÇALVES, M.; MEIRELLES, M.; MANSO, B.L.C.;

POR UMA ECONOMIA DO SENTIDO

Autor(es): Franklin, B. L.; Monteiro, S.D;

• PRÁTICAS INFORMACIONAIS E POLÍTICAS NO ESPAÇO VIRTUAL

Autor(es): Antoniutti, C. L.;

 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA WEB E PASSIVIDADE ACRÍTICA NAS NOVAS PLATAFORMAS DE SOFTWARE

Autor(es): Vilarim, G.O.;

• REDE DE PROJETOS DE TELECENTROS BRASILEIROS: RESULTADOS PRELIMINARES

Autor(es): PEREIRA, P.M.S.; RODRIGUEZ, A.D.; MORIGI, V.J.;

• REFLEXÕES SOBRE A ADESÃO BRASILEIRA AO REGIME GLOBAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

Autor(es): Malin, Ana Maria;

• UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DE

INDICADORES NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Autor(es): Oliveira, M. Cristina G.; Fell, André F. A.;

GT 6: Informação, Educação e Trabalho

• A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Autor(es): RODRIGUES, M. E. F.;

• A CLÍNICA DA ATIVIDADE VIABILIZANDO O GRUPO COMO UM DISPOSITIVO DE ANÁLISE DO TRABALHO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

Autor(es): ROSEMBERG, Dulcinea S.;

• A ÉTICA NO PENSAMENTO EXPRESSO DE LÍDERES DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NO BRASIL

Autor(es): Silva, A.C.P.O.;

• A FORMAÇÃO DOCENTE DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM RETRATO DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Autor(es): OLIVEIRA, D. A.; OLIVEIRA, M.;

 A MEDIAÇÃO DA LEITURA NO DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): GOMES, Henriette Ferreira; VARELA, Aida Varela;

• ANÁLISE DO GT6 (INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E TRABALHO) DA ANCIB NOS ANOS 2009 A 2011: AUTORES, TEMAS E METODOLOGIAS

Autor(es): CABRAL-NUNES, Martha Suzana; CARVALHO, Basilon A.;

• AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ALUNOS EM ATIVIDADES ACADÊMICAS

Autor(es): Gava, T. B. S.; Ferrari, L. I.;

- CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ARTÍSTICAS: FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCUMENTALISTA Autor(es): Mey, E.S.A.;
- COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Autor(es): Pereira, MF; SIQUEIRA, Ivan Claudio Pereira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira;

• DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS EM MORADORES DE UMA COMUNIDADE POPULAR URBANA

Autor(es): Farias, M. G. G.; Varela, A. V.;

• ÉTICA PROFISSIONAL E AUTOAVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE BENEFICÊNCIA OU MALEFICÊNCIA DO TRABALHO REALIZADO PELO BIBLIOTECÁRIO ATUANTE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS, EMPRESARIAIS E UNIVERSITÁRIAS EM SANTA CATARINA: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA.

Autor(es): SOUZA, F. C de.; RASCHE, F.; PIZARRO, D. C.; STUMPF, K.;

• INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NAS ORGANIZAÇÕES: HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO BIBLIOTECÁRIO

Autor(es): ALMEIDA FILHO, O.; SOUZA, E. N.;

• INSERÇÃO DE CONTEÚDO DE COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DO BRASIL: UMA ANÁLISE POR MEIO DOS SITES

INSTITUCIONAIS

Autor(es): Mata, Marta Leandro da.; Casarin, Helen de Castro Silva.;

• INTERAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO COM A GRADUAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO TIROCÍNIO DOCENTE NA DISCIPLINA FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO ICI/UFBA

Autor(es): Santana, Iramaia Ferreira; SILVEIRA, A. R. C. G.; Santana, Cátia Duarte Andrade de; Varela, Aida Varela; Gomes, Henriette Ferreira;

• O BIBLIOTECÁRIO DE REFERÊNCIA: ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NAS BIBLIOTECAS DA UECE E UFC

Autor(es): Farias, G.B.; Souza, M. N. A.;

• POTENCIALIZANDO A ATITUDE CIENTÍFICA MEDIANTE O DESENVOLVMENTO DE COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS: MISSÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Autor(es): VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; TEIXEIRA, Ana Paula Santos Souza; MOURA, Ana valéria de Jesus; SILVA, Joilma Maltez;

• RECONHECIMENTO DAS PROFISSÕES DA INFORMAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DE BOURDIEU

Autor(es): ROCHA, E. C. F.; CRIVELLARI, H. M. T.;

TECNOLOGIA DA INFODMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A FODMAÇÃO EM CIÊMOJAO DA INFODMAÇÃO E DA

Autor(es): Araújo, R. F.; Silva, Armando Malheiro da;

GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I

• A ANÁLISE DOCUMENTAL NO UNIVERSO CIENTÍFICO DOS ENANCIBS: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Autor(es): GUIMARÃES, J.A.C.; MOREIRO GONZÁLEZ, J.A.; ALENCAR, M.F.;

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: UM RETRATO DA ÁREA ATRAVÉS DO ESTUDO DE AUTORIA

Autor(es): Nascimento, B. S.; Gomes, M. Y. F. S. F.;

• A INSERÇÃO E O IMPACTO INTERNACIONAL DA PESQUISA BRASILEIRA EM "ESTUDOS MÉTRICOS": UMA ANÁLISE NA BASE SCOPUS

Autor(es): Gracio, M.C.C.; Oliveira, E.F.T.;

• A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE PATENTES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Autor(es): Fujino, A.; Pereira, C.A.; Maricato, J.M.;

 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEMÁTICA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: UM ESTUDO CIENTOMÉTRICO

Autor(es): Bufrem, L. S; Nascimento, B. S.; Leonardi, S. E. R.;

 ASPECTOS REPUTACIONAIS DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): ODDONE, Nanci; MENEZES, Vinícios; CAFÉ, Anderson;

• ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS AUTORES PARTICIPANTES DOS ANAIS DO ENANCIB: UM ESTUDO A PARTIR DA CORRELAÇÃO ENTRE AS REDES DE COAUTORIA E REDES DE PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE TRABALHO

Autor(es): MARTINS, D. L.; FERREIRA, S. M. S. P.;

• ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DAS CITAÇÕES NAS COMUNICAÇÕES DO GT 7 DO ENANCIB: 2007-2011

Autor(es): SILVEIRA, M. A. A.; SANTOS, R. N. M.; BUFREM, L. S.; SILVA, F. M.;

• ESTUDO DOS INDICADORES NACIONAIS A PARTIR DA BASE BRAPCI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM OS INDICADORES DAS BASES INTERNACIONAIS

Autor(es): GABRIEL JUNIOR, R. F.; ALVES, B. H.; OLIVEIRA, E. F. T.;

• ESTUDO PATENTOMÉTRICO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Autor(es): Pavanelli, M. A.; Oliveira, E.F.T.;

• ESTUDOS DE CO-AUTORIA E CO-CITAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 2000-2011

Autor(es): Lovón Canchumani, R.M.; Leta, J.; Figueiredo, A.M.;

 FATORES POTENCIALIZADORES PARA O USO E NÃO USO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS: UM ESTUDO SOBRE O PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

Autor(es): Fernandes, W. R.; Cendón, B. V.;

• MONITORAMENTO DE REVISTAS CIENTÍTICAS ELETRÔNICAS

Autor(es): Silva, M. R.; Santarem Segundo, J. E.; Santos-Rocha, E. S.;

• O CONHECIMENTO TRADICIONAL NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE TESES E DISSERTAÇÕES

Autor(es): Mello, L. C.; Dias Rigolin, C. C.;

• O IMPACTO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO CNPQ E DA CAPES SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CAMPO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: 2007-2009

Autor(es): Carvalho, K.; Café, A.L.P.; Oddone, N.; Menezes, V.;

• O VÍNCULO ENTRE DOCUMENTOS DE PATENTES E A INFORMAÇÃO OBTIDA EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO APLICADO À ÁREA CÂNCER DE MAMA

Autor(es): FERREIRA, Camila Belo T.;

PERIÓDICOS BRASILEIROS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES INDEXADOS NA BASE SCIELO:
 CARACTERÍSTICAS FORMAIS

Autor(es): Santos, S.M.; Noronha, D. P.;

 PRÁTICAS DE BUSCA, ACESSO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA DE PESQUISADORES DE DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO

Autor(es): Leite, Fernando César Lima;

• SANTA CATARINA EM NÚMEROS: VISIBILIDADE NA WEB OF SCIENCE

Autor(es): PINTO, A.L.; DUTRA, M.;

• SCIELO LIVROS: INOVAÇÃO EDITORIAL PARA A COMUNICAÇÃO EM CT&I

Autor(es): ODDONE, Nanci; DOURADO, Stella;

• UM ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: INDICADORES QUANTITATIVOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Autor(es): Costa, E.; Pinheiro, L.V.R.; Oliveira, Eloísa da Conceição Príncipe de;

GT 8: Informação e Tecnologia

 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS NO CONTEXTO DO ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: IDENTIFICAÇÃO DE SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Autor(es): ALVARENGA, L.; SOUZA, R. M. F de;

• AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS À LUZ DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA: A INTEROPERABILIDADE EM FOCO

Autor(es): Castro, F. F. de; Santos, P. L. V. A. C.;

• ANÁLISE DE SENTIMENTO SOBRE VEÍCULOS EM REDES SOCIAIS

Autor(es): Baracho, R.M.A.; Bax, M.P.; Ferreira, L.G.F.; Silva, G.C.;

• ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO APLICADA A LEITORES DE E-BOOK: AVALIANDO O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DA INTERFACE DO KINDLE III WIFI

Autor(es): SILVA, M. A. T.; DIAS, G. A.; SOUSA, M. R. F.; CANANÉA, L. V. T.; FRANÇA, A. L. D.;

ARTIGOS CIENTÍFICOS DIGITAIS NA WEB: NOVAS EXPERIÊNCIAS PARA APRESENTAÇÃO, ACESSO E LEITURA

Autor(es): AMBINDER, Déborah Motta; MARCONDES, Carlos Henrique;

• AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE UMA FERRAMENTA AUTOMATIZADA DE BUSCA QUE UTILIZA COMO DESCRITORES AS EXPRESSÕES MULTIPALAVRAS

Autor(es): da Silva, Edson Marchetti; Souza, Renato Rocha;

• DESCRIÇÃO DINÂMICA PARA DOCUMENTOS MULTIMODAIS EM AMBIENTE DIGITAL

Autor(es): Mucheroni, M.L.; Ribeiro, C.; Paiva, D.C.;

• LINKED DATA COMO FORMA DE AGREGAR VALOR ÀS INFORMAÇÕES CLÍNICAS

Autor(es): ZAIDAN, F. H.; BAX, M, P.;

• MODELO METODOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE USABILIDADE EM BIBLIOTECAS DIGITAIS

Autor(es): Lima, I. F.; Souza, R. R.; Dias, G. A.;

NATIONAL ARCHIVES EXPERIENCE DIGITAL VAULTS: DESIGN DE INTERAÇÃO CONVERGINDO INFORMAÇÕES
 EM REGIME PÓS-CUSTODIAL

Autor(es): JORENTE, Maria JoséVicentini;

• O IMPACTO DA VARIAÇÃO TEMÁTICA NA CATEGORIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS EM PORTUGUÊS DO BRASIL

Autor(es): Afonso, A.; Duque, C. G.;

 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM BIBLIOTECAS DIGITAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES: UMA ABORDAGEM BASEADA NA CLASSIFICAÇÃO FACETADA E TAXONOMIAS DINÂMICAS

Autor(es): Pontes, F.V.; Lima, G. Â. B. O.;

• POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: DIRETRIZES PARA O LIBER

Autor(es): BORBA, V. da R.; LIMA, M. G.; SIEBRA, S. de A.; MIRANDA, M. K. F. de; SILVA, V. F. da;

• PRESERVAÇÃO DIGITAL DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE DE RISCO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Autor(es): LIMA, F. C. R. de.; GALINDO, M.;

• RECOMENDAÇÕES DE USABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE EM PROJETOS DE AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS PARA IDOSOS

Autor(es): Vechiato, F.L; Vidotti, S.A.B.G;

• RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA EM VÍDEOS: UMA ABORDAGEM UTILIZANDO ONTOLOGIA,

PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL E DESCRITORES MULTIMODAIS

Autor(es): Sousa, E. E.; Duque, C. G.;

• RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO: UMA APLICAÇÃO NA CRIAÇÃO E CONFIGURAÇÃO AUTOMÁTICAS DE CURSOS VIRTUAIS A DISTÂNCIA

Autor(es): Cristovão, H. M.; Duque, C. G.; Serqueira, L. D.;

• RESTRIÇÕES TECNOLÓGICAS E DE ACESSO A DADOS DISPONÍVEIS SOBRE DESTINOS DE REPASSES FINANCEIROS FEDERAIS PARA A SAÚDE PÚBLICA EM AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS

Autor(es): RODRIGUES, F. A.; SANTANA, R. C. G.;

• SINTAXE E SEMÂNTICA DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS: PRINCÍPIOS PARA A CONVERSÃO DE REGISTROS ANALÓGICOS PARA O FORMATO MARC21 BIBLIOGRÁFICO: O SCAN FOR MARC

Autor(es): Zafalon, Z. R.; Santos, P. L. V. A. C. S.;

• TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DINAMIZANDO A BIBLIOTECA ESCOLAR

Autor(es): LANZI, Lucirene Andréa Catini; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; FERNEDA, Edberto;

• USABILIDADE DE SOFTWARE: EM FOCO O CATÁLOGO ONLINE DE BIBLIOTECAS

Autor(es): França, F. S.; Ramalho, F. A.; Barros, M. A.;

GT 9: Museu, Patrimônio e Informação

• A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SERGIPE: UM ESTUDO SOBRE ENDOSSO INSTITUCIONAL E GESTÃO DE ACERVOS COLETADOS

Autor(es): Mendonça, E. C.;

• A PATRIMONIALIZAÇÃO DE REMANESCENTES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: O LEGADO DA CIA. NACIONAL DE ÁLCALIS

Autor(es): Ribeiro, C. M.; Granato, M.;

• ANÁLISE DE EXPOSIÇÕES ANTROPOLÓGICAS. SUBSÍDIOS PARA UMA CRÍTICA

Autor(es): Cury, M. X.;

AS POLÍTICAS CULTURAIS E AS PESQUISAS DE HÁBITOS CULTURAIS NOS MUSEUS.

Autor(es): Lara Filho, D.;

• COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E MUSEUS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: TIPOLOGIA E VISIBILIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES BOLSISTAS DO CNPQ

Autor(es): Chalhub, Tania; Benchimol, Alegria; Guerra, Claudia;

• COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE MUSEUS NA INTERNET E O VISITANTE VIRTUAL

Autor(es): Carvalho, Rosane Maria Rocha de; Carvalho, Rosane Maria Rocha de;

 DA NECESSIDADE DO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR NA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A COLEÇÃO ETNOGRÁFICA DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Autor(es): BENCHIMOL, Alegria; VIEGAS, V.A.F.; KADOSAKI, E.H.; SOUSA, M.;

• DAS MEDIAÇÕES AO OBJETO: O PROCESSO MEDIACIONAL DAS EXPOSIÇÕES NOS MUSEUS

Autor(es): Rocha, Luisa Maria;

• DIVERSIDADE CULTURAL EM MUSEUS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA AMAZÔNIA

Autor(es): BAUBIER, Arlete Sandra Mariano Alves; REIS, Maria Amélia;

• FOTOGRAFIAS EM MUSEUS E FOTOGRAFIAS DE MUSEUS: O CASO DO MUSEU DE ARTE MODERNA DE NOVA YORK (MOMA) E AS NOVAS ABORDAGENS FOTOGRÁFICAS

Autor(es): Guerra, Claudia B.;

• FRASEOLOGIA OITICIANA DESVENDA O LABIRINTO: CATEGORIAS DOCUMENTAIS DE HÉLIO OITICICA APLICADAS À SUA PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Autor(es): GOMES, Daniela M. M. L.; LIMA, Diana F.C;

• GATEGORIZAÇÃO DOS EX-VOTOS NO MUSEU VIVO DO PADRE CÍCERO EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

Autor(es): BRITO, Carla Façanha.; BENTES PINTO, Virgínia.;

• MUSEOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A REDE

Autor(es): MAGALDI, Monique Batista; SCHEINER, Tereza Cristina;

• MUSEU, INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Autor(es): Moraes, N.A.;

• MUSEUS CASTRO MAYA: DE COLEÇÃO PRIVADA A MUSEU PÚBLICO

Autor(es): BATISTA, Denise M. S.; RANGEL, Marcio F.;

• MUSEUS ESCOLARES: CONCEPÇÕES E EVOLUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NO BRASIL

Autor(es): ALVES, Vânia Maria Siqueira.; REIS, Maria Amélia Gomes de Souza.;

• MUSEUS: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA UMA REALIDADE VIRTUAL

Autor(es): Barbosa, C.R.; Baracho, R.M.A.; Martins, C.A.E.M;

• O EXERCÍCIO DE EXPOR NOS MUSEUS, UMA CONSTANTE PRÁTICA DA EXPERIMENTAÇÃO

Autor(es): Suescun, L.; Scheiner, T. C. M.;

• PESQUISA RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Autor(es): SÁ, I.C.;

• POSITIVISMO E ARTES PLÁSTICAS: O MUSEU NACIONAL E A I EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA

(1882)

Autor(es): Borges, Luiz C.; Botelho, Marília B.;

GT 10: Informação e Memória

 A DISCOTECA ONEYDA ALVARENGA: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Autor(es): SILVA, A. P.;

• A REPRESENTAÇÃO DE NEGROS NA MEMÓRIA ICONOGRÁFICA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA PARAÍBA

Autor(es): Mota, A. R. S.; Aquino, M. A.;

• A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRODESCENDENTE NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: O EXEMPLO DO CRAV

Autor(es): BRETTAS, A. P.;

• AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E INTERNET ENTRE OS NATIVOS DIGITAIS

Autor(es): Henriques, R. M.N.;

• ÀS MARGENS DO DOCUMENTO: REFLEXÕES SOBRE PAISAGENS E OUTROS ARTEFATOS

Autor(es): LOUREIRO. M. L. N. M.; LOUREIRO, J. M. M.; Azevedo Netto, C. X;

• BIBLIOTECA PÚBLICA, MEMÓRIA E DISCURSOS IDENTITÁRIOS: UMA LEITURA SÓCIO-HISTÓRICA DOS DEPOIMENTOS COLHIDOS PELO PROJETO MEMÓRIA ORAL DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE (BMA)

Autor(es): SILVEIRA, F. J. N.;

• CARTAS NATALINAS: CONFISSÕES DE SI, MEMÓRIAS DO EU

Autor(es): Oliveira, B. M. J. F.; Andrade, B. A.;

• COLEÇÕES DA EDUFRN: DOCUMENTOS E LUGARES DE MEMÓRIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFRN

Autor(es): PEREIRA, F. S.; OLIVEIRA, B.M.J.F. de;

• CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAIBANO: INFORMAÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Autor(es): Rocha, S.R.M.; AZEVEDO NETTO, C. X.;

• DAS FONTES DO PASSADO À MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Autor(es): Verri, G. M. W.;

• EX-VOTOS DO BRASIL E DAS AMÉRICAS: TECNOLOGIA E EXPANSÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Autor(es): Oliveira, J. C. Alves de.;

• FABRICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: O FUTURO SE CO(I)NFORMA

Autor(es): RIBEIRO, Leila Beatriz; ORRICO, Evelyn; DODEBEI, Vera;

• INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: UM MODELO CONCEITUAL POSSÍVEL

Autor(es): DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn;

• INFORMAÇÃO ESTÉTICA EM REDES DE TRADUÇÃO: A OBRA DE ARTE EM CONTEXTO SÓCIO-TÉCNICO

Autor(es): VERRI, G.M.W.; LYRA, M.C.M.; CAVALCANTI, H.C.;

• LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PARAÍBA-BRASIL

Autor(es): Lima, Maria da Vitória Barbosa Lima;

• MAPPING, MEMÓRIA E MOVIMENTO: NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE LIVE CINEMA, CIDADE E

PERFORMANCE NAS PRO IFCÕES MAPEADAS EM TEMPO REAL

I ENI ONIVIANOE NAOT NOVEGOEG IVIALEADAG EIVI TEIVILO NEAE

Autor(es): OLIVEIRA, Wilson Filho; RIBEIRO, L.B.;

 MEMÓRIA DO ACERVO DE MARCAS REGISTRADAS DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (JUCEPE): UMA IMPORTANTE FONTE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA

Autor(es): Araújo, A.C.G.; SILVA, F.M.; SILVEIRA, M.A.A.; Bufrem, L.S.;

• MEMÓRIA E DISCURSO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS NA DÉCADA DE 1970

Autor(es): Silva, Eliezer Pires da; Orrico, Evelyn;

• MEMÓRIA E INFORMAÇÃO: ACERVOS FÍLMICOS E FOTOGRÁFICOS DO DISTRITO FEDERAL E DE GOIÁS

Autor(es): MANINI, Miriam P.;

• MEMÓRIA FOTOGRÁFICA E REDE HUMANA DE RELAÇÕES: ESTUDO SOBRE REDES DE SOCIABILIDADE NO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DE JOSÉ SIMEÃO LEAL

Autor(es): BARROS, K. C. Q.; OLIVEIRA, B. M. J. F.;

• MITO E MEMÓRIA EM PRODUÇÕES FÍLMICAS DE FICÇÃO CIENTÍFICA

Autor(es): OLIVEIRA, Carmen Irene C. de;

• NARRATIVAS NO CIBERESPAÇO - MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E IMAGEM NO UNIVERSO DAS REDES SOCIAIS

Autor(es): RENDEIRO, M.E.L.S.; RIBEIRO, L. B.;

• NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA PARAÍBA DA UFPB: A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DAS MEMÓRIAS

Autor(es): Catoira, T.; Azevedo Netto, C. X. de;

O DOCUMENTO E OS LUGARES DE MEMÓRIA: PROTAGONISTAS NA PERPETUAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Autor(es): BRAZ, M. I.; HOLANDA, C. M. S.; FERREIRA, M. S.;

• O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR-UFPB) E SUA MEMÓRIA ARQUIVADA

Autor(es): Morais, Laudereida E. Marques; Lima, Maria da Vitória Barbosa; Ramalho, Francisca Arruda;

• O REGISTRO DOS MESTRES DAS ARTES COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO POVO PARAIBANO

Autor(es): Oliveira, D.A;

• PATRIMÔNIO DE FAZENDAS HISTÓRICAS: EM BUSCA DE MODELOS, MÉTODOS E SISTEMAS PARA REGISTRO DE CONHECIMENTOS

Autor(es): COSTA, L. S. F.; GRACIOSO, L. S. G; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S.;

• POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA SUDENE 1960-1980: PLANEJAMENTO COMO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA A MEMÓRIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Autor(es): NASCIMENTO, Angela; BERNARDES, Denis;

PROJETOS APROVADOS PELA FUNDARPE: UMA APROXIMADA REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL
 E CULTURAL DO ESTADO:2003-2009

Autor(es): Oliveira, Simone Rosa de; Oliveira, Maria Cristina Guimarães;

• RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA AO I PLANO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA (I PNRA)

Autor(es): CARVALHO, M.A.; CAVALCANTI, H.C.; CARVALHO, A.V.;

• VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL (2006-2010)

Autor(es): Oliveira, Eliane B.; Castro, R. M.;

GT 11: Informação e Saúde

• A DIGITALIZAÇÃO DO PRONTUÁRIO DO PACIENTE NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS ARQUIVISTICOS

Autor(es): Lunardelli, R.S.A; Molina, L.G.; Tonello, I.M.;

• A IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO NA INFORMETRIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

Autor(es): Bochner, R.; Alencar, M.S.M.; Veiga, V.O.V.; Machado, R. R.;

• ANÁLISE DO AMBIENTE SIS MÉDICOS E A CULTURA A PARTIR DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: ENFOCANDO O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Autor(es): MIRANDA, Z. D. de; DA SILVA, M. B.; LINS, I. A. B.; MENEZES, M. do C. V. de; SILVA, S. M. F.; SANTOS, P. S. de A.;

• COMPLEXIDADE DO PROCESSO DE COLETA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE NASCIDOS VIVOS (SINASC)

Autor(es): Mota, F. R. L.; OLIVEIRA, M.;

DENGUE NA MÍDIA IMPRESSA: INFORMAÇÃO POLÍTICA, EPIDEMIOLÓGICA OU EDUCATIVA?

Autor(es): Villela, E.F.M; Natal, D.;

• GÊNERO E GESTÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE: UM OLHAR EXPLORATÓRIO NA FIOCRUZ

Autor(es): RODRIGUES, J. G.; GUIMARÃES, M. C. S.;

• HAITY MOUSSATCHÉ E SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UM OLHAR CIENTOMÉTRICO DA INFLUÊNCIA DO PESQUISADOR

Autor(es): Costa, E. K; Guimarães, M.C.S.; Silva, C. H. da;

 INFORMAÇÃO E TRABALHO EM SAÚDE: QUESTÕES SOBRE A PADRONIZAÇÃO E NOVOS DISPOSITIVOS DE ARTICULAÇÃO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Autor(es): Santos Filho, S.B.; Crivellari, H.M.T.;

• O PORTFOLIO COMO ESTRATÉGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

Autor(es): Costa, M. A.; Santos, N. B.; Petra, T.; Ribeiro, R. V.;

• OSWALDO CRUZ E A INFORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL

Autor(es): Moraes, Alice Ferry de;

• POLÍTICAS PARA GESTÃO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

Autor(es): Machado, R.R.; Almeida, F.D.; Garcia, Mônica;

• PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DE VITAL BRAZIL E PADRÕES DE CITAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Autor(es): Bochner, R.; Pinheiro, L.V.R.;

• QUALIDADE DAS REVISÕES SISTEMÁTICAS BRASILEIRAS DA ÁREA DE MEDICINA E SAÚDE PUBLICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS

Autor(es): Martínez-Silveira, M. S.; Calcagno, J.I.; Silva, C.H.; Sampaio, A. M. F. V.; Boa Morte, A. A.;

Poster Digital

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

• COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, LINGUAGEM CIENTÍFICA E TEORIA KUNHIANA DOS PARADIGMAS: UNIVOCIDADE E METÁFORA SÃO PADRÕES LINGUÍSTICOS RESPECTIVAMENTE ASSOCIADOS À CIÊNCIA NORMAL E REVOLUCIONÁRIA?

Autor(es): Merigoux, D. M.;

• DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO TEÓRICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Semidão, R. A. M.;

• TESTE ZANDA - DESCONSIDERAR - ALTERADO

Autor(es): lkjkl;

GT 2: Organização e Representação do Conhecimento

• A CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO JURÍDICO PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Torres, Simone.; Almeida, M. B.;

• ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NOS ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Autor(es): SILVA, L. A. S da; MADIO, T. C. C;

• APLICABILIDADE DO USO DE VOCABULÁRIO CONTROLADO NA INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS ACADÊMICOS: ESTUDO DAS RELAÇÕES SEMÂNTICAS PARA MINIMIZAR A AMBIGUIDADE TERMINOLÓGICA ENTRE O USUÁRIO

E O SRI

Autor(es): Maculan, Benildes C. M. dos S.; Lima, Gercina A. B. de O.;

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS: PRÉ-REQUISITO PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Autor(es): Geronimo, M. B.; Bizello, M. L.;

TAXONOMIA E ETIQUETAGEM: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB

Autor(es): Villalobos, A.P.O.; Malta, N.A.;

• VOCABULÁRIOS E METADADOS PARA DESCRIÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA: UMA PERSPECTIVA DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO DIGITAL

Autor(es): Silva, Daniela L.; Souza, Renato R.;

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

• A CULTURA DIGITAL COMO RECURSO PARA A POLÍTICA PÚBLICA

Autor(es): NOGUEIRA, J. R. F.; ALMEIDA, M. A.;

• A INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA – BAMIDELÊ

Autor(es): Silva, L. K. R.; Alves, E. C.; Silva Júnior, J. F.;

• ARTE, TECNOLOGIA E MEDIAÇÃO CULTURAL: SOB O OLHAR DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DO POP JAPONÊS

Autor(es): NAKAMURA, M.T.; CRIPPA, G.;

• AS POSSIBILIDADES DE EMPREGO DO EXCEDENTE COGNITIVO NA CURADORIA DE INFORMAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFSC

Autor(es): BALBIS GARCIA, P.; KERN, V.M.;

• INFORMAÇÃO MUSICAL: CONSTRUIDO A IDENTIDADE ATRAVÉS DO REGGAE

Autor(es): SILVA JÚNIOR, J. F.; SILVA, L. K. R.; LIMA, I. F.;

• NECESSIDADES E USOS DE INFORMAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE

Autor(es): Oliveira, G. L. C. de; Ramalho. F. A.;

O LIVRO DEPOIS DO LIVRO

Autor(es): Nogueira, W. A.;

• O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOB O REGIME DE INFORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO VIRTUAL DE COMUNICAÇÃO NA WEB PARA A CPAD/UFPB

Autor(es): Brasileiro, F.S.; Freire, G.H.A.;

• OLHANDO O INTERIOR: O USUÁRIO INTERNO NOS MUSEUS PARAIBANOS

Autor(es): Medeiros, Karlene R. Braga de.; Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de.;

• OS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO DA CULTURA E DA INFORMAÇÃO DE FOLGUEDOS EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE MACEIÓ-AL: ESTUDO DE CASO NO MUSEU THÉO BRANDÃO DE ANTROPOLOGIA E FOLCLORE

Autor(es): Farias, M.C.Q.S.;

GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações

• A INFLUÊNCIA DOS BOATOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA DINÂMICA DE PREÇOS DO MERCADO DE AÇÕES

Autor(es): Cruz, Fábio M.; GOMES, Maria Yêda F. S. de Filgueiras;

• FLUXO INFORMACIONAL DOS CANAIS DE ATENDIMENTO AO CLIENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autor(es): Fernandes, TFS; Garcia, JRC;

• O PROCESSO SECI DE CONVERSÃO DO CONHECIMENTO COMO FATOR DE ANÁLISE DE INDICADORES DE INOVAÇÃO

Autor(es): SILVA, E.; VALENTIM, M.L.P.;

GT 5: Política e Economia da Informação

• A PRODUÇÃO COLABORATIVA DE CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA PESQUISA CIENTÍFICA NA INTERNET

Autor(es): APPEL, A. L.;

• ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: ESTUDO DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.527/2011 PELAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO NORDESTE

Autor(es): VENTURA, K.S.; FELL, A.F.A;

• CAMINHOS PERCORRIDOS NA SELEÇÃO DE TEXTOS SOBRE INOVAÇÃO ABERTA NAS BASES DE DADOS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Autor(es): Zattar, Marianna;

• CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – CONSIDERANDO A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Autor(es): MARQUES, L.E.; KERR PINHEIRO, M.M.;

• MOVIMENTOS DE CONSUMIDORES NA ABORDAGEM DAS REDES SOCIAIS

Autor(es): SANTOS, Nadia Bernuci;

 POLÍCIAS DE OPEN ACCESS NA UNIÃO EUROPEIA: QUATRO PROJETOS EM PAUTA E UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O BRASIL

Autor(es): Henning, P; Guimarães, M.C.S; Borges, M.M;

• PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Autor(es): OLIVEIRA, Maria Lívia Pachêco de.; PINHO NETO, J. A. S.;

GT 6: Informação, Educação e Trabalho

• A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: PERSPECTIVAS PARA A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Autor(es): BRNADÃO, A.C.; Alves, E.C.;

• A CONTRIBUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: UMA EXIGÊNCIA DA SOCIEDADE EM REDE PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor(es): Silva Neto, C. E.; Freire, G. H, A.;

• ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES: UM ESTUDO DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIRIO E DA UFF

Autor(es): AGUIAR, N. R. S.; RODRIGUES, M. E. F.;

GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I

• A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM REVISTAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): MANSO, Bruno Lara de Castro Manso.;

• COMPORTAMENTO DE USO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS POR ESTUDANTES DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

Autor(es): COSTA, L. F.; VASCONCELOS, R. L. V.; NASCIMENTO, M. I.;

• CONFIABILIDADE DA REVISÃO POR PARES RECÍPROCA ANÔNIMA DE PROPOSTAS DE MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): KERN, V. M.; DENISCZWICZ, M.;

• INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es): MORAIS, S.M.P.; GARCIA, J.C.R.;

• O IMPACTO E A VISIBILIDADE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS COM CONCEITO DE EXCELÊNCIA: UM ESTUDO NA ÁREA DE ZOOTECNIA

Autor(es): ROSAS, F. S.; GRACIO, M. C. C.;

• PERFIL DOS ARTIGOS DE TRÊS PERIÓDICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2007 A 2011

Autor(es): GIORDANO, R.B.;

• PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PPGCI/UFBA

Autor(es): BARREIRA, Maria Isabel de J. Sousa; SILVA, Jurandi de; JESUS, Monica Izabele;

• PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DOS DOCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS NO PERÍODO DE 2008-2011

Autor(es): Raimundo, Jorge; PAIVA, S. B.;

• USO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA EM MOÇAMBIQUE

GT 8: Informação e Tecnologia

• ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E USABILIDADE: AVALIAÇÃO DA INTRANET DA UNICRED JOÃO PESSOA

Autor(es): SOUSA, E. A. A.; SOUSA, M. R. F.;

• ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PERVASIVA: AVALIANDO A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO EM AMBIENTES INFORMACIONAIS HÍBRIDOS

Autor(es): Padua, M.C.;

• AS CONTRIBUIÇÕES DA WEB SEMÂNTICA PARA A CATALOGAÇÃO: ARQUITETURAS DE METADADOS E FRBR EM FOCO

Autor(es): Silva, R. E.; Santos, P. L. V. A. C.;

• AVALIANDO A ACESSIBILIDADE EM PORTAIS GOVERNAMENTAIS

Autor(es): CARNEIRO, N. S.; SOUSA, M. R. F.;

• INDEXAÇÃO AUTOMÁTICA E USO SOCIAL DA INFORMAÇÃO

Autor(es): Lapa, R.C.; Corrêa, R.F.;

• INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE: UM PROJETO DA DESCONTINUIDADE

Autor(es): LEMOS, Joana Gusmão; JORENTE, Maria José Vicentini; FERNEDA, Edberto;

• ONTOLOGIA DE IMAGENS MÉDICAS: TRATAMENTO E INDEXAÇÃO DE IMAGENS

Autor(es): SANTOS NETO, M.F.; Bentes Pinto, V.;

• PANORAMA ATUAL DO USO DOS MECANISMOS DE BUSCA NA WEB

Autor(es): MULLER FERNANDES, Rogerio Paulo; MONTEIRO, Silvana Drumond; GIRALDES, Maria Júlia Carneiro; VECHIATO, Fernando Luiz;

• SECOND LIFE: PERSPECTIVAS PARA POTENCIALIZAR O ACESSO A DADOS PÚBLICOS

Autor(es): FERREIRA, A.M.J.F.C.; SANTANA, R.C.G.; VIDOTTI, S.A.B.G.;

GT 9: Museu, Patrimônio e Informação

• A PATRIMONIALIZAÇÃO DO IMATERIAL: UM ESTUDO DE CASO DO SAMBA CARIOCA

Autor(es): Almeida, Álea Santos de; Miranda, M.L.C.;

• MINAS GERAIS E A LEI ROBIN HOOD: PATRIMÔNIO E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE PRESERVAÇÃO

Autor(es): SOUZA, L.C.C.; MORAES, N.A.;

GT 10: Informação e Memória

• A BIBLIOTECA PARTICULAR DE JOSEPH COMBLIN COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

Autor(es): TAVARES, A.L.L; SILVA, P. M;

• A INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM FONTES ICONOGRÁFICAS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

Autor(es): AQUINO, M. de A.; SANTOS, T. H. do N.;

• DE ARQUIVOS PESSOAIS A PATRIMÔNIOS DOCUMENTAIS: ANÁLISE DOS REGISTROS MEMÓRIA DO MUNDO DO BRASIL, DA UNESCO

Autor(es): CRIVELLI, R.; BIZELLO, M.L.;

• IMAGEM, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA COLETIVA: O ACERVO IMAGÉTICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO

VALE DO GRAMAME-PB

Autor(es): Lima, Sandra Maria Barbosa;

• INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DOS REGISTROS ICÔNICOS DAS IMAGENS DE ROMARIAS DE JUAZEIRO DO NORTE ARMAZENADAS NO ACERVO DO LABORATÓRIO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA (LACIM) DA UFC CAMPUS CARIRI

Autor(es): ELLIOTT, Ariluci Goes; MADIO, Telma Campanha de Carvalho;

• MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A SÉRIE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DA BIBLIOTECA NACIONAL

Autor(es): Juvêncio, C. H.; Rodrigues, G. M.;

PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: BENS CULTURAIS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO VALE DO
GRAMAME, JOÃO PESSOA – PR

GT 11: Informação e Saúde

• A PARTICIPAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS EM PESQUISA CLÍNICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO IPEC/FIOCRUZ

Autor(es): Barros, M. M. M.; Souza, C. T. V. S.; Lino, O. S.;

ANÁLISE COMPARADA DA PRODUÇÃO CIENTIFICA NACIONAL E INTERNACIONAL SOBRE BULA DE MEDICAMENTO INDEXADA NA BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS)

Autor(es): Fujita, P. L.; Machado, C. J. S.;

• APONTAMENTOS ACERCA DA RELEVÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

Autor(es): OLIVEIRA, J. P.; ALMEIDA, M. B.; TALIM, M. C. T.;

• CRIAÇÃO DE UM MODELO DE INTERFACE EXTENSÍVEL PARA SISTEMAS DE REGISTRO ELETRÔNICO DE SAÚDE

Autor(es): Albergaria, E. T.; Andrade, C. C.; Prates, R. O.; Bax, M.P.;

• DOCUMENTOS DE PATENTES BRASILEIROS DEPOSITADOS NO INPI, RELACIONADOS À MALÁRIA

Autor(es): Leite, L. S.; Silva, C. H.;

• ESTRATÉGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE UMA AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE NO BRASIL

Autor(es): Santana, R.A.L.; Condeixa, A.C.; Diniz, F. D.; Sales, C. P.; Ferreira, C. M.; Portugal, C. M.; Cavalcante, C. C.;
Pinheiro, C. T.; Costa, J. S. J.; Gil, L. M. B.; Silva, M. V.; Moreira, M. L. F.; Araújo, M. A. A.; Garcia, M.; Aguiar, R.; Gomes,
R. M. S.; Raupp, R. M.; Baptista, S. R. N.; Velasco, W. D.;

• GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO: O MODELO DA BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE

Autor(es): Barros, J.A.;

• INQUÉRITOS EM SAÚDE NO BRASIL: UMA IMPORTANTE FERRAMENTA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ÂMBITO DO SUS

Autor(es): Abranches, L. R.;

• MODELAGEM ONTOLÓGICA DE SISTEMAS DE REGISTRO ELETRÔNICO DE SAÚDE

Autor(es): Bax, Marcello Peixoto; Pessanha, C.;

• PROCESSO DE ANÁLISE NA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA DO ACERVO RETROSPECTIVO DE LIVROS DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

Autor(es): Faro, E.S.M.; Silva, D.R.; Garcia, M.; Garrido, P.H.S.;

















XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012 GT 8: Informação e Tecnologia

RESTRIÇÕES TECNOLÓGICAS E DE ACESSO A DADOS DISPONÍVEIS SOBRE DESTINOS DE REPASSES FINANCEIROS FEDERAIS PARA A SAÚDE PÚBLICA EM AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

Fernando de Assis Rodrigues - UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA Ricardo Cesar Gonçalves Sant'Ana - UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA fernando@elleth.org

Resumo: A criação e o uso de ambientes democráticos permite a sociedade participar, ainda que indiretamente, nas discussões sobre serviços prestados pelo Estado. Nos últimos anos, a discussão da qualidade dos serviços públicos em saúde ganhou ênfase pelos meios de comunicação. Em 2011, o acesso a dados governamentais tornou-se obrigatório com a sanção da "Lei de Acesso à Informação". As Tecnologias de Informação e Comunicação de uso externo à gestão pública, seguindo os princípios de dado aberto, podem promover uma condição de interação entre o Estado e sociedade, na ampliação da transparência das ações do Estado e da cidadania, auxiliando na melhoria significativa da qualidade dos serviços, ao possibilitar aos cidadãos o uso dos conjuntos de dados em construções de gráficos e visualizações externas aos sítios oficiais governamentais, bem como o cruzamento dos dados com outros conjuntos. Entretanto, sítios oficiais do Governo Federal, que contém recursos informacionais com conjunto de dados sobre destinos de repasses de recursos financeiros para a saúde pública, possuem interfaces heterogêneas, restrições de acesso e restrições tecnológicas, formando uma barreira para o cidadão na recuperação dos dados. O objetivo deste trabalho é apresentar, sob o olhar da Ciência da Informação, aspectos ligados às restrições de acesso e restrições tecnológicas, encontrados na análise exploratória dos oito recursos informacionais que contém dados sobre destinos de repasses de recursos financeiros para a saúde, já disponíveis em quatro sítios oficiais do Governo Federal. A conclusão apresenta pontos de atenção a partir dessa análise dos recursos informacionais, em atendimento a "Lei de Acesso à Informação" e aos princípios de dado aberto.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Ambientes Informacionais Digitais. Princípios de Dado Aberto. Saúde Pública.

Abstract: The creation and use of democratic environments allows society to participate, even indirectly, in the discussions about services provided by the State. In recent years, discussion of the quality of public health's services was strengthened by the media. In 2011, access to government data became mandatory with the sanction of the "Law on Access to Information". The use of Information Technologies and Communication (ICT) from public administration to society, following the principles of open government data, can promote a condition of interaction between state and society in increasing the transparency of government actions and the citizenship, helping to significantly improve the quality of services, to enabling citizens to use data sets in the construction of graphs and data views, external of the officials government websites, as well as crossing with other data sets. However, officials websites of the Federal Government, which contains information resources

with data on destinations of transfers of financial resources for public health, have heterogeneous interfaces, access restrictions and technological restrictions, forming a barrier to the citizen in data recovery. The goal of this paper is to present, under the look of Information Science, aspects related to access restrictions and technological restrictions, founded in exploratory analysis of eight information resources that contain data on destinations of transfers of financial resources for public health already available at four websites of Federal government. The conclusion presents points of attention from this analysis of information resources, in compliance with the "Law on Access to Information" and the principles of open government data.

Keywords: Information Technologies and Communication. Digital Informational Environments. Open Government Data. Public Health.

1 Introdução

O tema saúde pública brasileira está em evidência na comunicação e no interesse público. Nos últimos anos, a discussão da qualidade dos serviços públicos em saúde ganhou ênfase pelos meios de comunicação; nos portais de notícias e nas redes sociais através da Internet, que veicularam (e continuam veiculando) diversas notícias, relatos e reportagens sobre o assunto.

Adicionalmente, problemas na qualidade dos serviços públicos em saúde não são pontuais ou regionais. Diversos meios de comunicação divulgaram ocorrências em todas as regiões do território brasileiro, elencando problemas como: a falta de leitos hospitalares; o não cumprimento de jornadas de trabalho por profissionais da saúde; hospitais, equipamentos e locais de atendimento à população abandonados ou sucateados antes mesmo da inauguração ou entrega; falta de infraestrutura básica; longas esperas para atendimentos; greves de funcionários públicos por melhores condições de trabalho; e verbas federais destinadas à saúde sendo utilizadas para outros fins. (BRAMBILLA e ARAÚJO, 2008) (GLOBO REPÓRTER, 2011)

No início de 2012, o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE, 2012) organizou e divulgou um relatório denominado "Conta-Satélite de Saúde Brasil", sob uma metodologia padronizada e elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse documento reúne diversos dados e indicadores, em linguagem simplificada para leitores "não habituados às definições do Sistema de Contas Nacionais". O relatório aponta que as despesas de saúde no Brasil, a partir dos dados de 2009, representam 8,7% (oito por cento e sete décimos) do Produto Interno Bruto, dos quais 0,1% (um décimo de um por cento) foram investidos pelo terceiro setor; 3,8% (três por cento e oito décimos) investidos pelo Estado e 4,8% (quatro por cento e oito décimos) pela sociedade civil.

Segundo o relatório *World Health Statistics*, da Organização Mundial da Saúde, em 2008, o Brasil ocupava a 151° (centésima quinquagésima primeira) colocação no ranking que mede a porcentagem de recursos financeiros, em comparação ao Produto Interno Bruto anual produzido, destinados para a saúde pública, em uma lista composta por 192 (cento e noventa e duas) nações. (CHADE, 2011)

O percentual de investimento público brasileiro em saúde está abaixo de países como, por exemplo: a China (10,3%, dez por cento e três décimos), a Rússia (9,2%, nove por cento e dois décimos), a África do Sul (10,4%, dez por cento e quatro décimos), a Colômbia (18,3%, dezoito por cento e três décimos), a República Dominicana (10,4%, dez por cento e quatro décimos) e o Haiti (9,5%, nove por cento e cinco décimos). (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011)

Para o IBGE (2012), no ano de 2009, a administração pública investiu um total aproximado de R\$ 123,5 bilhões (cento e vinte e três bilhões e quinhentos milhões de reais) na saúde pública brasileira. Esse montante é subdivido em áreas, tais como: compra de medicamentos, manutenção e gestão da própria saúde pública, serviços de atendimento hospitalar, serviços sociais privados e outros serviços relacionados com a área da saúde.

Trata-se de uma área de grande interesse social e que recebe grandes aportes financeiros que precisam ser geridos e acompanhados de forma efetiva. Para tanto, se faz necessário que o número de envolvidos neste processo seja o maior possível, facilitando assim a identificação de eventuais falhas na administração e no uso dos recursos financeiros.

2 O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para acompanhamento de atividades do Estado pela sociedade

Pelo fato do debate sobre a saúde pública não ser mais apenas objeto de discussão pelos poderes executivo e legislativo – e sim, permear a esfera pública – o número de atores sociais envolvidos nesse debate aumentou. Agora, não só abarca políticos e agentes públicos¹ do Estado brasileiro, mas também grupos de comunicação; academia; sociedade civil; empresas envolvidas com esse setor público; organizações não governamentais; e entidades responsáveis pelo controle social e pela qualidade desses serviços.

O embate sobre a qualidade dos serviços públicos em saúde, com a participação dos mais diversos atores sociais, leva a um acompanhamento público sobre as ações do Estado

Os agentes são colocados sob a autoridade e o controle dos órgãos de representação e não têm nenhum caráter de representação, isto é, não exprimem a vontade popular, mas só podem atuar nos limites fixados pela vontade popular expressa pelos órgãos de representação. (MENEZES, 2005 apud SANT'ANA, 2008)

nesse setor. A sociedade pode e deve exercer um controle sobre o poder do Estado e; o Estado retroalimenta-se, ganhando novos mecanismos para perceber melhor as necessidades dos cidadãos.

O exercício do poder político, por estar sujeito a uma série de tentações, necessita do controle permanente através da opinião pública; a publicidade das negociações parlamentares assegura uma supervisão do público, cuja capacidade de crítica é tida por comprovada. A totalidade do público constitui um tribunal que vale mais do que todos os tribunais reunidos. (HABERMAS, 1985)

Nas democracias representativas, onde cargos políticos são ocupados por cidadãos eleitos que representam parcelas da sociedade, a criação e o uso de ambientes democráticos permitem a sociedade participar, ainda que indiretamente, nas discussões sobre serviços prestados pelo Estado. Isso amplia as possibilidades de participação do cidadão nos mecanismos de controle sobre o Estado e o acompanhamento das atividades e processos da administração pública. (BOHMAN, 1996) (SANT'ANA, 2009)

No cenário atual, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permeia diversas áreas do conhecimento. Esse uso também é foco dos gestores públicos e dos gestores de empresas privadas. A utilização dessas tecnologias pelo Estado pode ser dividida em: a) de uso interno, auxiliando os processos internos de administração; b) de uso externo, na relação entre a organização pública e entidades externas, tais como empresas, cidadãos ou grupo de cidadãos e outras organizações públicas. (SANT'ANA, 2008)

Na primeira década do ano 2000,

[...] a sociedade encontra-se ausente na arquitetura da dimensão políticoorganizacional do Governo Eletrônico. Tal ausência certamente compromete qualquer política pública de largo espectro social como no caso das ações relativas à informação governamental. Compromete-se, assim, seu potencial como território de mediação democrática no qual Estado e Sociedade se realizam cotidianamente. (MARCONDES E JARDIM, 2003)

No caso do uso externo das Tecnologias de Informação e Comunicação, alguns órgãos governamentais ainda utilizam-nas principalmente com a função de quadro de aviso eletrônico, deixando em segundo plano a sua capacidade de interação mais eficiente entre Estado e sociedade. Todavia, para Sant'Ana (2008), o uso externo das Tecnologias de Informação e Comunicação representam, para este cenário, uma condição de interação entre o Estado e sociedade na ampliação da transparência das ações do Estado e da cidadania.

Para a gestão da saúde pública, o uso externo das Tecnologias de Informação e Comunicação pode auxiliar na melhoria significativa da qualidade dos serviços, pois o acesso a dados garante a participação de mais cidadãos no acompanhamento da destinação dos

recursos financeiros federais.

Porém, é necessário que a disponibilização desses dados seja realizada de maneira estruturada e padronizada, atendendo aos oito princípios que definem um dado como dado aberto, garantindo a eficiência e a universalidade no acesso e uso desses dados. (OPEN GOVERNMENT DATA, 2007)

Para a sociedade acompanhar o destino dos recursos financeiros utilizados em saúde pública, primeiramente, deve-se possuir acesso aos dados sobre os próprios recursos financeiros, como os repasses de verbas federais aos estados, municípios e entidades privadas; e utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação de uso externo nos sítios oficiais do Governo Federal como ferramenta para a recuperação de dados.

3 Armazenamento de dados digital

Segundo Santos e Sant'Ana (2002), o termo dado é definido como um elemento básico, que não possui um componente semântico e sim somente elementos estáticos. O dado é formado apenas por um conjunto finito de signos.

Le Coadic (1996) aponta que na informática, o dado é uma representação codificada de uma informação, em que sua forma matemática permite um processamento eletrônico.

Nas últimas três décadas, o aumento da quantidade de dados eletronicamente armazenados, associados à necessidade de processamento e relacionamento em larga escala dos conjuntos de dados, impulsionou a Ciência da Computação na criação de modelos conceituais, equipamentos e ferramentas tecnológicas (como os sistemas de gerenciamento de banco de dados), que sustentassem a demanda do uso desses tipos de bases de dados para inúmeros propósitos, como empresas do setor financeiro, companhias aéreas, universidades, operadoras de cartões de crédito, varejos, indústrias, entre outras. (SIBERSCHATS, KORTH e SUDARSHAN, 2006)

Para que os dados armazenados e estruturados nos sistemas gerenciadores de bancos de dados sejam passíveis de consulta por aplicativos computacionais, eles devem ser apoiados em modelos conceituais que garantam sua estrutura formal. O modelo de dados é uma "coleção de ferramentas conceituais para descrever dados, relações de dados, semântica de dados e restrições de consistência". (SIBERSCHATS, KORTH e SUDARSHAN, 2006) Atualmente, o modelo de dados mais utilizado é o Modelo de Entidade-Relacionamento (MER), criado em 1976 por Peter Chen, que

[...] é baseado em uma percepção de um mundo real que consiste em uma

coleção de objetos básicos, chamados entidades, e de relações entre estes objetos. Uma entidade é uma 'coisa' ou 'objeto' no mundo real que é distinguível de outros objetos. Por exemplo, cada pessoa é uma entidade, e as contas bancárias podem ser consideradas entidades. (SIBERSCHATS; KORTH; SUDARSHAN, 2006)

As linguagens de programação, associadas com as linguagens de marcação como o *HyperText Markup Language* (HTML) são alguns recursos técnicos que possibilitam a construção de interfaces gráficas voltadas ao funcionamento de aplicativos no ambiente informacional digital, utilizando dados armazenados e estruturados nos sistemas gerenciadores de banco de dados. Todavia, o desenvolvimento de uma interface vai além apenas do uso dessas tecnologias: é necessária uma análise criteriosa de diversos elementos que garantam o sucesso e a facilidade na compreensão das funcionalidades dos aplicativos, parte integrante de objetos estudados pela Arquitetura da Informação.

[...] Arquitetura da Informação é um conjunto de procedimentos metodológicos que visa estruturar ambientes hipermídia digitais flexíveis e customizáveis de modo a possibilitar ao usuário a busca, seleção, produção e interligação de documentos digitais, tendo no próprio usuário o elemento ativo e capaz de representar e inter-relacionar as informações segundo seus caminhos de exploração e de descoberta. (CUSIN e VIDOTTI, 2009)

As tecnologias criadas pela Ciência da Computação apenas reforçaram e amplificaram a tendência de crescimento no armazenamento de dados e informação, principalmente ao criar mecanismos eletrônicos de armazenamento para largas quantidades de dados em espaços físicos reduzidos, como os discos rígidos de alta densidade e as unidades de armazenamento em estado sólido (SSD²).

O aumento da capacidade de armazenamento e gerenciamento de conjuntos de dados no meio digital, associado à onipresença da Internet – globalizada, através da telecomunicação por cabos submarinos intercontinentais e satélites, e ao aumento da velocidade de processamento, busca e recuperação da informação – acarretou em uma implosão do tempo para a informação. Para Le Coadic (1996), os sistemas eletrônicos encurtaram distâncias e a informação pode estar disponível em segundos entre dois pontos muito distantes fisicamente.

O barateamento dos cursos da codificação e o aumento no nível de segurança, trazidos pelos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, muito estão contribuindo para a rápida e cada dia mais abrangente mudança de práticas e hábitos relacionados com a armazenagem, organização e conservação de grandes volumes de registros do conhecimento (digitalização, grandes bases de dados), com a transmissão, transferência e acesso ao conhecimento (Internet e redes diversas), com a busca e a recuperação (motores de busca cada dia mais poderosos e 'inteligentes'), com o acesso às fontes originais (bibliotecas virtuais, grandes enciclopédias em

² Do inglês *solid-state disk*. Tradução do autor.

linha), socialização da cultura, do conhecimento e da educação (museus virtuais, ensino à distância), <u>assim como do acesso a informações políticas, legais</u>, econômicas e de lazer (<u>sites governamentais</u>, <u>legislação</u>, bancos em linha, turismo) e muito mais. (ROBREDO, 2003) (grifo do autor)

A infraestrutura disponível pela Internet auxilia o acesso a ambientes informacionais digitais, que

[...] também são conhecidos como sistemas, sistemas de informação, sites, web sites, portais, espaços de informação, ambientes de informação, ambiente digital, software, aplicações, etc. (CAMARGO e VIDOTTI, 2011)

Em 2010 (MANYIKA, et. al., 2011), estudos apontaram que a estimativa do volume de novos dados gerados e armazenados eletronicamente por empresas e Estados foi de aproximadamente 7 (sete) *exabytes*³. Em adição, a sociedade civil armazenou aproximadamente novos 6 (seis) *exabytes* em seus equipamentos domésticos. Portanto, a estimativa para 2010 é que foram armazenados novos 13.958.643.712 (treze bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e três mil setecentos e doze) *gigabytes*⁴ em dados no formato digital.

Para 2020, a previsão é de um aumento de 44 (quarenta e quatro) vezes a quantidade de dados que fora armazenada digitalmente em 2009, com uma estimativa média da taxa de crescimento anual em 40% (quarenta por cento). (MANYIKA, et. al., 2011)

No caso dos dados armazenados por órgãos públicos, apesar de o volume ser expressivo, é necessária a criação de mecanismos de acesso que garantam a ampliação da participação da sociedade e não só o uso para a gestão da coisa pública⁵.

A transparência de ações e informações governamentais, através do acesso a dados e informações do Estado, para a sociedade e para outros atores sociais, é parte integrante de uma das tendências encontradas nos novos modelos de administração pública, a governança, que

[...] busca redistribuir competências e recursos de coordenação entre diferentes níveis institucionais e organizacionais, governamentais e não governamentais, permitindo o pluralismo institucional nas funções públicas, ao contrário do antigo modelo de monopólio estatal. (MALIN, 2006)

A criação de ambientes participativos, através das Tecnologias de Informação e Comunicação, pode amplificar a cidadania⁶, intensificando a demanda do usuário sobre essas informações e também criar motivação extra por transparência nos envolvidos nesses setores

³ 1 exabyte é a unidade de medida equivalente a 1.073.741.824 gigabytes ou 1.1529215×10^{18} bytes.

⁴ 1 *gigabyte* é a unidade de medida equivalente a 1.073.741.824 *bytes*.

O termo coisa pública refere-se aos negócios ou os interesses do Estado. Ou o próprio Estado. (FERREIRA, 1986)

Como termo legal, "cidadania" indica mais uma identificação que uma ação. Como termo político, "cidadania" significa compromisso ativo. Significa responsabilidade. Significa fazer diferença na sua comunidade, na sua sociedade, no seu país. (DRUCKER apud SANT'ANA, 2009)

estatais. (SANT'ANA, 2008)

Os Estados Unidos da América é um dos países pioneiros no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação com o intuito de acesso a dados governamentais pela sociedade fornecendo "[...] a fundação para um Governo transparente a sociedade (*Open Government*), potencializando o acesso à informação, aprimorando o desempenho das agências e reduzindo custos e encargos desnecessários". (OBAMA, 2011)

Garantindo o acesso a dados é possível ampliar a participação do cidadão em um controle vertical na dinâmica entre Estado e Sociedade (SANT'ANA, 2008). Somado ao efetivo interesse dos cidadãos pelo tema e a inclusão na esfera pública nestas discussões, pode-se controlar com excelência os recursos financeiros investidos em saúde pública.

O acesso do cidadão a esses dados deve ser realizado seguindo princípios de transparência pública, de modo que autarquias e setores da saúde envolvidos no processo utilizem recursos tecnológicos (como a infraestrutura da Internet) de forma desburocratizada e informacional, para a divulgação dos destinos dos repasses financeiros. Os conjuntos de dados precisam ser organizados e estruturados para garantir entendimento ao cidadão comum.

Para atender a demanda de dados primários é importante que o acesso a dados oriundos de órgãos governamentais sigam alguns princípios que garantam a disponibilidade irrestrita dos dados.

Para o *Open Goverment Data* (2007), a infraestrutura da Internet proporciona: aos Estados a oportunidade de entender de maneira mais precisa as necessidades dos cidadãos; e um mecanismo para os cidadãos participarem de forma efetiva da gestão pública. O *Open Goverment Data* (2007) também coloca que a informação se torna mais valiosa quando compartilhada; e os dados, quando abertos, promovem melhorias no discurso civil, na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade; contribuindo com o uso mais eficiente dos recursos públicos, ou seja, dos recursos financeiros e informacionais do Estado.

3.1 Princípios de dado aberto

Para dados governamentais serem acessíveis e abertos a sociedade, foram elaborados oito princípios fundamentais para considerar um dado como dado aberto. Quando um Estado publica um dado atendendo aos oito princípios, o Estado ganha a oportunidade de tornar-se mais efetivo, transparente e relevante para a melhoria da vida em sociedade. (OPEN GOVERNMENT DATA, 2007)

Segundo os princípios elaborados, os dados devem ser completos. Os conjuntos de

dados devem ser armazenados eletronicamente e incluir todo tipo de informação que os contextualizem e não podem ser alvo de privacidade, acesso parcial ou limitação de privilégios no acesso que os tornem incompletos. Um conjunto de dados sobre destino de repasses financeiros para saúde deve oferecer no mínimo, o contexto no tempo e espaço (as datas e a localização do repasse financeiro para a saúde pública); dados sobre o destino final do repasse financeiro; e dados sobre qual esfera pública se trata o conjunto. Esse último, principalmente, pois em primeiro lugar, um mesmo estabelecimento de saúde pública recebe aportes financeiros de várias esferas e, em segundo lugar, identificar o destino do repasse financeiro auxilia ao cidadão tanto compreender as intempéries do funcionamento desses estabelecimentos, quanto cobrar ações mais efetivas dos órgãos governamentais envolvidos. (SANT'ANA, 2008)

Os dados devem ser primários. Os conjuntos de dados devem ser publicados e acessíveis como estão armazenados em sua fonte (em sua base de dados), com o nível mais fino de granularidade possível e sem agregações a outros conjuntos de dados ou modificações na sua forma. O princípio de dado primário tem forte relação com o conceito de granularidade. O nível de granularidade definido representará o grau máximo de refinamento possível de um determinado dado. (SANT'ANA, 2011) Nesta pesquisa, para o dado ser considerado primário, ou seja, para o conjunto de dado ser o mais detalhado possível sobre destinos de repasses financeiros federais para a saúde pública, o nível de granularidade esperado é aquele que encontre dados sobre destinos de cada repasse individualmente, e que possibilite visualizar serviços e itens que foram adquiridos no repasse, bem como dados sobre fornecedores, entidades envolvidas e setores responsáveis.

Os dados devem ser atuais, disponibilizados o mais rápido possível para preservar o seu valor aos interessados. Também é necessário ser atualizado dentro dos períodos estabelecidos pela legislação brasileira e normativos vigentes.

Os dados devem acessíveis ao maior número de pessoas possível e em formato que garanta a sua maior diversidade de uso. Para isso, é necessário adotar padrões que possibilitem a visualização dos dados em qualquer sistema operacional; em qualquer suporte como computadores pessoais, *tablets, notebooks, ultrabooks, netbooks, smartphones*, entre outros; e em qualquer navegador. Além disso, também devem possuir mecanismos que garantam acessibilidade por portadores de deficiências motoras, visuais e auditivas. Em adição, os sítios devem ser construídos em conformidade com padrões criados pelo *World Wide Web Consortium*⁷ (2012), órgão internacional, sem fins lucrativos, responsável pelo Os padrões são acessíveis gratuitamente e estão disponíveis no sítio oficial do *World Wide Web Consortium*.

Disponível em: http://www.w3.org/standards>.

desenvolvimento e manutenção dos padrões de construção de ferramentas voltadas ao ambiente informacional digital.

Os dados devem ser processáveis por máquina. Os sítios devem possuir uma estrutura onde permitam que seus conjuntos de dados sofram um processamento *a posteriori* por outros aplicativos. Dessa maneira, os dados disponibilizados nos sítios poderão ser utilizados em aplicativos (*softwares*) desenvolvidos externamente aos sítios – garantindo o uso dos conjuntos de dados em outros cenários. Por conseguinte, deve-se utilizar formatos de arquivo na recuperação dos dados que os estruturem para uso posterior, como o e*Xtensible Markup Language (XML)*, o *Comma-Separated Values (CSV)*, os padrões ISO 19005-1:2005 e 32000-1 (*PDF-A*) do formato *Portable Document Format*, entre outros.

O acesso deve ser livre (não discriminatório). Os dados devem estar disponíveis para qualquer interessado, sem a necessidade de identificação, permissão ou pré-cadastro para o acesso.

Os dados devem ser livres de formato proprietário e de controle de tecnologias proprietárias, tais como: formatos de arquivos de propriedade intelectual privada, ou a necessidade de instalação ou aquisição de *software* proprietário para acessá-los.

O formato de arquivo na recuperação dos dados, ou seja, o formato computacional utilizado para exibição da recuperação do conjunto de dados disponíveis para o usuário pela consulta, também deve ser livre de formato proprietário.

Os dados devem ser livres de licenças de controle, *copyright* e patentes. Todavia, o controle de privacidade e de segurança é permitido, regido por leis, estatutos e normativos vigentes. Portanto, também é importante o entendimento de quais são os aspectos legais na legislação brasileira vigente que regem o acesso a dados oriundos do Estado pela sociedade.

Assim, sítios oficiais do Estado que tornam acessíveis seus conjuntos de dados, atendendo os oito princípios de dado aberto e utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação de uso externo para ampliar o acesso aos conjuntos, permitirão que cidadãos tenham capacidade de recuperar dados sobre recursos financeiros federais utilizados na saúde pública, sem trabalhar diretamente na gestão da saúde, pois poderão acessar e recuperar dados em qualquer computador de maneira padronizada, desde que apto e habilitado para isso.

Somente a partir do acesso a dados abertos, via Tecnologias de Informação e Comunicação, é possível: a) que o cidadão construa gráficos e visualizações a partir de dados sobre recursos financeiros utilizados em saúde pública, externamente ao sítio governamental; e b) o cruzamento dos dados com outras fontes de informação.

4 Aspectos legais no acesso a dados governamentais

Segundo a assessoria de Informação e Comunicação para o Mercosul e Chile, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – a UNESCO – a garantia de acesso à informação do Estado pela sociedade é um direito e não um favor. Para a organização, a existência de leis e políticas no acesso à informação tem impacto direto no *modus operandi* do Estado, ao diminuir o desperdício de recursos financeiros públicos, garantindo uma melhor governança.

Além disso, intensifica a relação entre o Estado e a sociedade, principalmente ao substituir a cultura do segredo de documentos pela cultura de acesso aos documentos, já que as informações sob a tutela do Estado são titulares aos cidadãos. O acesso também auxilia na produção de novas políticas públicas, por exemplo, de como serão utilizadas verbas de um determinado órgão público futuramente — o chamado orçamento participativo. No cenário atual, a escassez de informações e a falta de acesso a dados sobre o Estado produzem a necessidade de empresas, pesquisadores e cidadãos contratarem consultorias especializadas em obter esse tipo de informação, que deveria ser de acesso livre. (GALLO, 2012)

A democracia brasileira regulamenta e autoriza o acesso dos dados governamentais pela sociedade. A Constituição Federal de 1988, quinto artigo, inciso XXXIII, destaca que

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob a pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988)

Consta também na Constituição Federal, artigo 216 (ducentésimo décimo sexto), segundo parágrafo, que a administração pública deve criar mecanismos para consulta a quem necessitar de seus documentos.

Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (BRASIL, 1988)

A principal legislação brasileira vigente sobre questões ligadas diretamente aos princípios de dado aberto e ao acesso a dados governamentais é a "Lei de Acesso à Informação".

Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada a Lei Federal número 12.527 (doze mil quinhentos e vinte e sete), conhecida como a "Lei de Acesso à Informação". Essa Lei revogara a Lei número 11.111 (onze mil cento e onze), do ano de 1995, a partir do dia 16 de

maio de 2012. A "Lei de Acesso à Informação" adiciona novas obrigações às instituições públicas no que tange as condições de acesso à informação e nas condições de sigilo sobre documentos governamentais. (BRASIL, 2011)

A partir da vigência dessa nova legislação, todas as instituições, esferas, autarquias, empresas públicas e qualquer entidade controlada pelo Estado, União, Distrito Federal, ficam subordinadas ao seu regime. Também inclui a subordinação de entidades privadas sem fins lucrativos com ações de interesse público, que recebam qualquer aporte financeiro oriundo de recursos financeiros públicos.

Uma das maiores diferenças entre a legislação vigente e a anterior é a forma que os documentos são classificados: *a priori*, a legislação brasileira classificava a maioria dos documentos como sigilosos e delimitava exceções como acessíveis. O segundo artigo da "Lei de Acesso à Informação", trata o tema de forma inversa: todos os documentos do Estado seguem o princípio de publicidade e o sigilo é a exceção.

O segundo parágrafo do oitavo artigo torna obrigatório o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para a recuperação dos dados, como consta:

Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em <u>sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)</u>. (BRASIL, 2011) (grifo do autor)

A Lei Complementar número 131 (cento e trinta e um), de 27 de maio de 2009, adiciona ao artigo 48 (quarenta e oito) da Lei Complementar número 101 (cento e um), de 04 de maio de 2000, que uma das maneiras de assegurar a transparência dos gastos públicos é através do

[...] incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [...] liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. (BRASIL, 2009)

Em setembro de 2011, o governo brasileiro firmou compromisso mediante a iniciativa multilateral de parceria internacional de governo aberto (*Open Government Partnership*). O Brasil é um dos Estados fundadores, além de coliderar essa parceria junto aos Estados Unidos da América. O objetivo é unir esforços, em escala global, para garantir melhorias em todos os governos parceiros. Essas melhorias são baseadas na transparência, no aumento da efetividade e da responsabilidade dos governos em autorizar o acesso às informações governamentais pelos cidadãos. Os Estados parceiros se responsabilizam por criarem metas para atingirem esses objetivos — e periodicamente, submeterem o progresso das metas a um comitê

independente.

A Ciência da Informação pode auxiliar no processo de

[...] transformar a imensa massa de dados operacionais disponíveis diariamente em informações consistentes que permitam a tomada de decisões e agreguem valor às atividades e aos negócios [...]. Nesse processo de transformação, tem ocorrido uma rearticulação das relações sociais e de produção em torno das Tecnologias de Informação e Comunicação, gerando um descolamento das instâncias de mediação política, econômica e social, da dimensão espacial para a temporal, e a construção e instalação do princípio de instantaneidade e de *imediatez* como base de regulação de nossa experiência significativa. (SANTOS E VIDOTTI, 2009)

Para Wersig e Nevelling (1975), "atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação". Também deve responder sobre questões ligadas à análise e a descrição de dados já disponíveis, bem como o seu acesso, identificando processos e alternativas na recuperação de dados, de forma organizada, que garantam uma expansão na publicação e aquisição desses dados através de Tecnologias de Informação e Comunicação. (GOLD, 2007)

A Ciência da Computação oferece mecanismos e ferramentas tecnológicas necessárias para o desenvolvimento e armazenamento destes dados. No entanto, existem intersecções entre a Ciência da Computação e a Ciência da Informação que devem ser fortalecidas, principalmente em momentos do projeto de construção de Tecnologias de Informação e Comunicação, em que a visão da Ciência da Informação pode agregar valor ao aprofundar aspectos ligados à informação e os estudos em camadas de abstração que ficam mais distantes da Ciência da Computação e mais próximas da Ciência da Informação, tais como: a) a análise dos aspectos tecnológicos e informacionais, como a organização, a representação, o processamento e a recuperação de dados governamentais já existentes sobre destinos de repasses financeiros federais para a saúde pública, com o intuito de satisfazer as necessidades informacionais do cidadão; e b) na identificação dos aspectos tecnológicos no momento em que esses dados são recuperados, pois os sítios oficiais governamentais e recursos informacionais neles contidos possuem estruturas e interfaces diferentes e formatos de arquivos distintos.

5 Resultados

Com base na análise exploratória de Rodrigues (2012), foram identificados quatro

sítios oficiais do Governo Federal contendo recursos informacionais que possuem conjuntos de dados sobre destinos de repasses financeiros federais para saúde pública, sendo eles: a Secretaria do Tesouro Nacional, o Portal de Transparência do Governo Federal, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde.

Cada sítio oficial possui um ou mais recursos informacionais que permitem ao cidadão a recuperação de conjuntos de dados com destinos de repasses financeiros federais para a saúde pública. Os recursos informacionais não recuperam conjuntos de dados idênticos, e sim diferentes perspectivas sobre a saúde pública. Por exemplo, recursos informacionais contendo informações financeiras de contratos federais em saúde, pagamentos aos estados e municípios para uso com saúde pública, entre outros.

Todavia, é importante identificar a legislação e as condições de acesso do cidadão em cada recurso informacional disponível nos sítios oficiais, ou seja, se as diferentes consultas contidas em cada recurso informacional são: a) acessíveis; b) parcialmente acessíveis (apenas uma parte do conjunto de consultas disponíveis no recurso informacional é acessível pelo cidadão); c) acessíveis apenas por servidores públicos (apesar do recurso informacional estar disponível no sítio, suas consultas são apenas acessíveis por agentes públicos previamente cadastrados) e; d) não acessíveis.

Em outra perspectiva, os recursos informacionais identificados estão disponíveis em quatro sítios oficiais de forma heterogênea, isto é, cada um dos sítios possui diferentes interfaces de consulta e acesso a dados, linguagens de programação, formatos de arquivo na recuperação dos conjuntos de dados e estruturas de relatórios. Então, é importante a identificação das restrições tecnológicas envolvidas em cada recurso informacional, como por exemplo, o funcionamento de um recurso apenas em um aplicativo ou conhecimento prévio do cidadão em uma determinada tecnologia.

O Quadro 1 apresenta a síntese das restrições de acesso e das restrições tecnológicas aos conjuntos de dados em cada recurso informacional, descrevendo dificuldades na recuperação dos conjuntos de dados envolvidos com destinos de repasses financeiros federais para a saúde pública. As duas colunas da esquerda representam os recursos informacionais, concentrados em seus sítios, e as duas próximas colunas apresentam as restrições de acesso e tecnológicas em cada recurso informacional.

Ouadro 1 – Restrições de acesso e restrições tecnológicas em cada recurso informacional

Quadro 1 – Restrições de acesso e restrições tecnológicas em cada recurso informacional			
Sítio	Recurso Informacional	Restrição de Acesso	Restrição Tecnológica
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC)	Acessível apenas por servidores públicos, previamente cadastrados.	Não foi possível analisar as restrições tecnológicas, devido ao acesso ser apenas autorizado para servidores públicos.
	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)	Acesso parcial (apenas algumas consultas são de acesso livre). Somente as consultas contidas no menu "Informações ao SIAFI" são acessíveis ao cidadão.	dados oriundos de diversos órgãos governamentais, a recuperação dos dados possui diversos formatos de arquivos. Portanto, não há uma padronização do formato
	Estados e Municípios	Todas as consultas são acessíveis ao cidadão.	de arquivo na recuperação dos conjuntos de dados, o que dificulta a recuperação por parte dos cidadãos. A consulta "CAUC – Cadastro Único de Convênio" não possui uma opção de exportar conjuntos de dados. A consulta "Consulta a Convênios/ Acompanhamento de Convênios" possui a opção de exportar conjuntos de dados apenas em algumas recuperações disponíveis.
Portal de	Despesas		Nenhuma das consultas do recurso
Transparência do Governo Federal	Receitas Convênios	Todas as consultas são acessíveis ao cidadão.	informacional possui a opção de exportar conjuntos de dados. Apenas existe a opção de impressão dos conjuntos de dados em papel.
Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)	Informações Financeiras	Todas as consultas são acessíveis ao cidadão.	As consultas são elaboradas principalmente para funcionamento em conjunto com o software TabNet. O aplicativo é passível de instalação nos sistemas operacionais <i>Microsoft Windows®</i> e distribuições <i>GNU/Linux</i> . Não há informação de funcionamento em outros sistemas operacionais. Todavia, a instalação do TabNet requer um conhecimento de informática intermediário, criando uma barreira aos cidadãos que não são pesquisadores ou entusiastas em tecnologias digitais.
Fundo Nacional de Saúde (FNS)	Consulta de Pagamentos	Detalhada de Fundo a Fundo",	Para usufruir de todas as funcionalidades do sítio, é necessário o uso do Sistema Operacional <i>Microsoft Windows</i> ® e do navegador <i>Internet Explorer</i> ®. Todas as consultas do recurso informacional não possuem a opção de exportar conjuntos de dados.

Fonte: RODRIGUES, 2012

6 Conclusões

Os recursos informacionais que possuem restrições de acesso total, parcial, ou que são acessíveis apenas por servidores públicos, ferem diretamente os princípios de dado acessível e não discriminatório. Adicionalmente, um ponto de atenção aos órgãos governamentais responsáveis por esses sítios é que as restrições de acesso devem ser revistas, pois a "Lei de Acesso à Informação" garante ao cidadão o pleno acesso aos recursos informacionais, principalmente em função do caráter informativo dos conjuntos de dados contidos nos recursos informacionais que atualmente não são acessíveis e que, em contrapartida, são importantes para o acompanhamento dos gastos em saúde pública pela sociedade.

Quando os recursos informacionais possibilitam exportar seus conjuntos de dados, esse processo permite o uso dos dados de forma externa ao sítio oficial, auxiliando o cidadão no cruzamento desses dados com outros conjuntos de dados e na construção de gráficos e visualizações fora das interfaces de consultas existentes nos sítios oficiais.

Um exemplo seria o cidadão verificar se valores de repasses financeiros federais destinados a um determinado município, encontrados em um recurso informacional de um sítio do Governo Federal, estão de acordo com valores do mesmo repasse, encontrados em conjuntos de dados disponíveis em um sítio municipal.

É necessário que os sítios oficiais utilizem formato de arquivo não proprietário na exportação dos conjuntos de dados para o atendimento aos princípios de dado aberto processável por máquina e não proprietário.

Os recursos informacionais que apenas são acessíveis por uma determinada tecnologia, restringem o acesso de seus conjuntos de dados e não atendem ao princípio de dado não proprietário.

O acesso a dados sobre destinos dos repasses financeiros para a saúde pública brasileira, seguindo os princípios de dado aberto, pode ser um dos fatores chave na melhoria do uso do dinheiro público nessa área, evitando o desperdício dos recursos financeiros e a falta de informações pontuais ao cidadão sobre o destino das verbas.

Apesar da existência de um conjunto de oito recursos informacionais disponíveis em quatro sítios oficiais do Governo Federal, a sociedade ainda possui um papel secundário no embate sobre repasses financeiros federais para a saúde pública, pois o cidadão depende fundamentalmente de informações advindas dos meios de comunicação devido a: a) heterogeneidade dos sítios e dos recursos informacionais e; b) restrições de acesso e restrições tecnológicas dos recursos informacionais.

7 Referências

BOHMAN, J. Public Deliberation, Pluralism, Complexity and Democracy. London: MIT Press, 1996.

BRAMBILLA, M.; ARAÚJO, A. **Saúde Pública - Salve-se quem puder.** Jornal da Record, São Paulo, 2008. Disponível em:

http://www.premiovladimirherzog.org.br/arquivo/compactados/s%C3%A9rie%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20-%20tv%20record_2009_3_26_12_32_33.zip. Acesso em: 17 jan. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Portal do Planalto, Brasília, DF. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil 03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Emenda constitucional número 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Portal do Planalto, Brasília, DF, 14 set. 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Lei número 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 50, no inciso II do § 30 do art. 37 e no § 20 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Portal do Planalto, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 31 jan. 2012.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A.B.G. Arquitetura da informação: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

CHADE, J. **País gasta menos com saúde que África.** Jornal Estado de São Paulo: São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pais-gasta-menos-com-saude-que-africa,719195,0.htm. Acesso em: 04 out. 2011.

CUSIN, César Augusto; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. **Inclusão digital via acessibilidade web.** Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.45-65, 2009. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/297/195 > Acesso em: 25 mai. 2012.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

GALLO, F. **Acesso à informação não é favor, é direito.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 jan. 2012. Disponível em: http://m.estadao.com.br/noticias/impresso,acesso-a-informacao-nao-e-favor-e-direito,825658.htm. Acesso em: 28 fev. 2012.

GLOBO REPÓRTER. **Raio-X da Saúde.** TV Globo, Rio de Janeiro, 01 abr. 2011. Disponível em: http://busca.globo.com/Busca/globoreporter/?query=sa %C3%BAde&ordenacao=relevantes&offset=1&xargs=&formato=formatoconteudo

- %3Avideo&requisitor=globoreporter&aba=video&filtro=&on=true&formatos=402%2C235% 2C166%2C1%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0&filtroData=on&dataA=01%2F04% 2F2011&dataB=01%2F04%2F2011>. Acesso em: 17 jan. 2012.
- GOLD, A. Libraries and the Data Challenge: Roles and Actions for Libraries. In: Cyberinfrastructure, Data, and Libraries, Part 2. D-Lib Magazine, v. 13, n. 9-10, set./out., 2007. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/september07/gold/09gold-pt2.html. Acesso em: 19 fev. 2012.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais: Conta-Satélite de Saúde Brasil 2007-2009. Rio de Janeiro, RJ, 2012. n. 37. 104 p. ISSN 1415-9813. Disponível em:
- http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia_saude/css_2007_2009/economia_saude.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação.** Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996, ISBN: 85-85637-08-0 (Tradução do original La science de l'information. Paris: PUF, 1994 Collection Que-sais-je?). 119 p.
- MALIN, A. M. B. **Gestão da Informação Governamental: em direção a uma metodologia de avaliação.** DataGramaZero, v. 7, n. 5, out., 2006. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out06/Art 02.htm>. Acesso em: 29 fev. 2012.
- MANYIKA, J., et. al. **Big data: The next frontier for innovation, competition and productivity.** Nova Iorque: McKinnsey Global Institute, 2011. 156 p.
- MARCONDES, C. H.; JARDIM, J. M. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. DataGramaZero, v. 4, n. 2, abr., 2003. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr03/Art_04.htm. Acesso em: 29 fev. 2012.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.** Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, DF. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em: 15 jan. 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sítio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).** Brasília, 2008. Disponível em: http://www.datasus.gov.br. Acesso em 20 jan. 2012.
- ______. **Sítio do Fundo Nacional de Saúde.** Brasília, 2012. Disponível em: http://www.fns.saude.gov.br/. Acesso em 08 fev. 2012.
- OBAMA, B. **Managing Government Records. (Memorando)** White House Press Office, Washington, Estados Unidos da América, 28 nov. 2011. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/28/presidential-memorandum-managing-government-records. Acesso em: 28 fev. 2012.
- OPEN GOVERNMENT DATA. **8 Principles of Open Government Data.** 2007. Disponível em: http://www.opengovdata.org/home/8principles. Acesso em: 22 set. 2011.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Portal da Transparência do Governo Federal.** Brasília. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br. Acesso em 20 jan. 2012.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revistada: aos sistemas humanos de informação.** Brasília: Thesaurus Editora, 2003. 262 p.

RODRIGUES F. A. Mapeamento de tecnologias informacionais sobre dados abertos em saúde pública: destino de repasses financeiros federais. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, São Paulo, 2012. 143 p.

SANT'ANA, R. C. G. **Aspectos Tecnológicos do Acesso à Dados Abertos para a Ciência da Informação.** Notas de aula da disciplina ministrada no Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, São Paulo, 2011.

Mensuração da disponibilização de informações e do nivel de
interação dos ambientes informacionais digitais da administração municipal com a
sociedade. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Marília, São Paulo, 2008. 153 p.

______. Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 181 p.

SANTOS, P. L. A. da C.; SANT'ANA, R. C. G. **Transferência da Informação: análise para valoração de unidades de conhecimento.** DataGramaZero, v. 3, n. 2, abr., 2002. Disponível em: http://dgz.org.br/abr02/F_I_art.htm. Acesso em: 04 jan. 2012.

SANTOS, P. L. A. da C.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Perspectivismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: acréscimos à Ciência da Informação?** DataGramaZero, v. 10, n. 3, jun., 2009. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun09/Art_02.htm. Acesso em: 19 jan. 2012.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados.** Tradução de Daniel Vieira. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006. 781 p.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. Information Scientist, v.9, p. 127-140, 1975.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics 2011.** Genebra, Suíça: WHO Statistical Information System, 2011. 171 p. Disponível em: http://www.who.int/whosis/whostat/2011/en/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2012.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **Web Standards.** Estados Unidos da América. 2012. Disponível em: http://w3.org/standards>. Acesso em: 15 abr. 2012.